

JOÃO DARIO DE OLIVEIRA

**CIDADANIA EM REDE: UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA PÚBLICA – ENSINO
FUNDAMENTAL - SOB A ÓTICA DE DIREITOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito de avaliação para a obtenção do título de Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Blênio César Severo
Peixe

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, colegas de trabalho, pela compreensão, paciência e incentivo.

Ao Professor Doutor Blênio César Severo Peixe, pela orientação e valiosas sugestões apresentadas.

À Escola de Governo do Paraná e Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade da realização deste trabalho, oportunizando a nossa especialização.

Aos colegas, pela amizade.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

***“A cidadania é a consciência que o indivíduo
tem do Direito a ter Direitos”***

Hannah Arendt

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RELACIONAMENTO PROFESSOR / ALUNO.....	46
GRÁFICO 2 – RELACIONAMENTO COM PESSOAL DA CANTINA, LIMPEZA E SECRETARIA.....	47
GRÁFICO 3 – REUNIÕES DE PAIS NA ESCOLA.....	48
GRÁFICO 4 – SIGNIFICADO DA FRASE ÉTICA E CIDADANIA.....	49
GRÁFICO 5 – PROCOM, CEDI, ECA E DIREITOS HUMANOS.....	50
GRÁFICO 6 – ATUAÇÃO DO DIRETOR (A).....	51
GRÁFICO 7 - AUTO AVALIAÇÃO DE ZERO A DEZ	52
GRÁFICO 8 – GOSTARIA QUE A MINHA ESCOLA FOSSE DIFERENTE DO QUE É HOJE, POR EXEMPLO.....	53
GRÁFICO 9 – IDADE DO PROFESSOR (ANOS).....	55
GRÁFICO 10 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	56
GRÁFICO 11 – CARACTERÍSTICAS DO BOM PROFESSOR.....	57
GRÁFICO 12 – COMPORTAMENTO DOS PROFESSORES.....	58

RESUMO

OLIVEIRA, J.D. CIDADANIA EM REDE: UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA PÚBLICA – ENSINO FUNDAMENTAL - SOB A ÓTICA DE DIREITOS. No presente estudo, foi proposta uma alternativa de intervenção no Ensino Básico/Fundamental do Estado do Paraná, via Cidadania em Rede, considerando a possibilidade de uma ação colaborativa, através da inserção via transversalidade. Na pesquisa de campo, mostra-se um quadro da situação das escolas na periferia de Curitiba e Região Metropolitana, onde a população carente é a grande clientela atendida. A pesquisa bibliográfica, buscou informações nas bibliotecas Pública e da UFPR, com a consulta de jornais, revistas e livros. Na Internet, utilizando somente sites confiáveis, foi encontrada a maior gama de informações para o estudo. Na pesquisa de campo, em três escolas da periferia, num universo de 3800 alunos, 371 foram pesquisados, enriquecendo o estudo com dados e informações atuais. Cidadania em Rede, foi mostrado e demonstrado sob vários aspectos, como uma intervenção saudável no sistema educacional paranaense, propondo uma escola mais cidadã e articulada com a realidade dos alunos, através do ensino da ética, cidadania e direitos humanos na sala de aula, buscando revitalizar o sistema educacional vigente.

Palavras-chave: Cidadania; Rede; Ética; Direitos.
e-mail: j_dario@hotmail.com

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	III
RESUMO	IV
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 MÉTODOS	7
2.1.1 Método Decroly	7
2.1.2 Método dos Projetos	8
2.1.3 Método dos Complexos	8
2.2 PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	9
2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO	11
2.3.1 Aspectos Históricos da Educação no Mundo	11
2.3.2 Aspectos Históricos da Educação no Brasil	12
2.4 PRIMEIROS EDUCADORES DO BRASIL	15
2.4.1 Portugueses Manoel da Nóbrega e José de Anchieta	15
2.4.2 Holandeses e Franceses	16
2.5 PRINCIPAIS ESCOLAS NO BRASIL	16
2.5.1 Pesquisas em São Paulo e no Nordeste	20
2.5.2 Destaques em São Paulo	21
2.5.3 Destaques no Nordeste Brasileiro	23
2.6 EVOLUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA	24

2.6.1	Processo Ensino Aprendizagem	26
2.7	PERFIL DO EDUCADOR.....	28
2.7.1	Papel do Educador na Formação do Aluno para a Cidadania	31
2.7.2	Educador Transformador	33
2.7.3	Diferença entre Transversalidade e Interdisciplinaridade	35
2.8	CIDADANIA (ESCOLA CIDADÃ).....	37
2.9	DIREITO À EDUCAÇÃO – ÓTICA DE DIREITOS.....	37
3	LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES.....	39
3.1	ESTRUTURA DA REDE - FÍSICA.....	39
3.2	OBJETIVOS.....	40
3.2.1	Geral	40
3.2.2	Específicos.....	40
3.3	CARACTERÍSTICAS DA REDE	41
3.4	PRINCIPAIS OBJETIVOS E METAS DA REDE.....	42
3.5	MISSÃO DA REDE.....	43
3.5.1	Visão da Rede	43
3.5.2	Princípios e Valores da rede	43
3.5.3	Estratégias para Implantação da Rede.....	44
3.5.4	Teste para Implementação da Rede.....	45
3.6	METODOLOGIA A SER IMPLEMENTADA	45
3.6.1	Pesquisas Com Gestores E Professores Das Escolas Visitadas.....	54
3.6.2	Ciclo de Palestras	59
3.6.3	Consolidação da Proposta	59
4	CONCLUSÃO	61

5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	69
6	ANEXOS	73
6.1	ANEXO 1 – QUETIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO DO ALUNO	74
6.2	ANEXO 2 – QUETIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO DO PROFESSOR.....	76

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, se tem procurado reformar a educação, em seus diversos graus, em especial a educação escolar. Inúmeros projetos de mudança e inovação educacional têm sido elaborados, por indivíduos, organizações, pelas escolas públicas e privadas, e até mesmo pelo próprio Estado.

Entretanto, muito pouco tem mudado, em seus aspectos substantivos, na educação e na escola. Continua-se hoje, em pleno século XXI, a fazer severas críticas à educação e à escola tradicional, comparando-as com a visão de uma nova educação e de uma nova escola, como fizeram educadores do século XIX ou mesmo do século XX, e especialmente como fizeram John Dewey, Anísio Teixeira e os educadores da Escola Nova.

Parece que para mudar a educação e a escola basta:

- Ter novas idéias e visões dos objetivos da educação e do papel da escola;
- Trabalhar as emoções e a motivação das pessoas para que aceitem essas idéias e compartilhem essas visões.

Não resta dúvida de que esses dois passos são necessários e essenciais – mas o fato de que a educação e a escola não mudam deixa evidente que não são suficientes.

E também, não basta conseguir que o poder público transforme essas idéias e visões em leis de diretrizes e bases da educação, nem que elabore parâmetros curriculares que incorporem essas idéias e visões.

“Cidadania em Rede” é, em linguagem pedagógica, uma proposta de inserção

de um conjunto de matérias transversais, para as escolas e os professores da Rede Pública do ensino fundamental no Estado do Paraná, mas antes de tudo, consiste em um Projeto de resgate da ética e da cidadania na sala de aula, no pátio da escola, na família e na comunidade.

Tem como proposta melhorar e ilustrar os conhecimentos que os professores já são possuidores, carregando esses dados com conteúdos de ética e cidadania, entendendo cidadania como a consciência que o indivíduo deve ter do direito a ter direitos, na busca da melhor solução para a Escola Pública do Paraná, considerando o efeito multiplicador sobre os alunos, e no ambiente comunitário como um todo, no que tange à tolerância, ética, meio ambiente e resgate de valores que melhorem o relacionamento interpessoal, com possível diminuição dos conflitos e melhor aproveitamento do ensino das matérias.

O estudo busca dotar a classe de informações úteis no dia a dia, aplicáveis de imediato nos usos e costumes dos cidadãos adultos e formados como também, naqueles em formação.

O desejo de unidade de um sistema de governo, é uma das razões que levam uma organização governamental, cujo foco é a garantia de direitos e o resgate da cidadania, a apoiar a classe dos professores, buscando a transformação aplicável nos usos e costumes. Quando se busca saber claramente a missão desses profissionais, e os obstáculos a serem superados, tudo conduz ao apoio aos educadores, na busca da fórmula do equacionamento dos entraves à missão de educar melhor. Essa é a posição da Coordenadoria dos Direitos da Cidadania - CODIC, órgão de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná – SEJU.

A execução desse estudo está em sintonia com o Plano de Governo, no que se refere ao tópico “os elementos de resgate da cidadania”, constante do Diagnóstico Social e Econômico do Paraná, 2003-2006, onde prevê “a capacitação de agentes multiplicadores para a promoção dos direitos humanos e da cidadania”. (PARANÁ, 2003, p.98).

Ao enumerar alguns itens, que justificam a preocupação e a intervenção nessa área de atividade tão importante e necessária, que é a educação dos jovens nas escolas, sinaliza-se com informações colhidas nos segmentos envolvidos, alunos, professores, pais e órgãos governamentais, informando de antemão, alguns itens que serão objeto de pesquisa.

Algumas falhas visíveis do sistema precisam ser melhoradas, por exemplo:

- Descompasso entre métodos pedagógicos e os jovens da era digital;
- Evasão escolar;
- Inclusão digital insuficiente ou inexistente;
- Número reduzido de escolas com TV, Vídeo, PC e DVD;
- Grêmios Estudantis não estimulados ou inexistentes;
- Violência contra a escola, alunos e professores;
- Perda de identidade e envolvimento de estudantes com drogas;
- Falta de atividades extra- curriculares, Esporte, Lazer e Ação Cultural;
- Eleição direta de Diretores (perde-se bons professores e ganha-se diretores sem preparo para a gestão escolar).

“O educando traz para a escola o seu próprio conhecimento de espaço de sua vivência. Ele é enriquecido das relações construídas junto à família, ao grupo de amigos e à comunidade. Esse conhecimento deve ser trabalhado pelo professor

como ponto de partida nas diferentes áreas do conhecimento escolar”. Assim sendo, o ensino deverá considerar as dimensões da aprendizagem de crianças e jovens, numa construção temporal e numa perspectiva de aprendizagem do dia a dia, onde a relação com a família, com a rua, e com a escola seja considerada pelo professor, no processo de ensino-aprendizagem.

O professor deverá ser o facilitador da construção do conhecimento, intervindo no processo, priorizando a descoberta, a dúvida, as perguntas, as formulações e a elaboração intelectual dos seus alunos, com a educação primando pelo vínculo entre a realidade do cotidiano e a ciência.(BOVO, 2004. p. 7-8).

Como a dimensão de valores está presente em todo o aprendizado, a educação deverá voltar-se para um projeto de humanização escolar, com o compromisso de “cidadania em rede”, compartilhado por toda a comunidade educativa, desencadeando um processo que atenda professores, alunos e família.

Nesse sentido, deve-se partir de valores como parte essencial do processo educativo de escola numa perspectiva moral e ética, onde “temas como justiça, solidariedade, igualdade, vida, saúde, liberdade, tolerância, respeito, paz e responsabilidade são valores presentes em todos os temas transversais, pois apresentam valores atitudinais (valores, atitudes e normas)” (BOVO,2004. p.9).

Numa linha semelhante, a CODIC - Coordenadoria dos Direitos da Cidadania, tendo como missão estimular a consciência da cidadania em cada homem e em cada mulher, busca interferir no processo educativo público, acreditando que ao sensibilizar os professores para os valores básicos da cidadania, estará contribuindo para o desenvolvimento individual e coletivo de importante massa crítica envolvida no processo educativo, os docentes. Daí, ao produzir o efeito multiplicador desejado,

estará consolidando o grande objetivo do enunciado “Cidadania em Rede”. Entendida como “cidadania em rede”, a forma de comunicação de educadores e profissionais de diversas áreas dotados de reconhecido saber, para os professores da rede pública do ensino fundamental, destes para os alunos e dos alunos para a família e comunidade.

A opção por promover a intervenção através dessa proposta, visa trazer informações sobre os direitos e deveres do cidadão, utilizando-se de diversas modalidades de comunicação desenvolvidas pelos palestrantes convidados, durante ciclos de palestras periódicos, depois, pelos professores em sala de aula.

Tais eventos darão oportunidade para um amplo debate sobre esses valores, caminhando para o esperado efeito multiplicador, que se dará continuamente no contato professor-aluno-família-comunidade e vice-versa, num processo dinâmico e permanente, realimentado pelas constantes participações nos eventos do “Projeto Cidadania em Rede”, a serem realizados periodicamente, num processo de atualização permanente, a cada semestre letivo.

Por quê o ensino público é fraco? Esse é o problema da pesquisa.

Inserir os conceitos de direitos humanos e fundamentais, ética e cidadania, são hipóteses para uma substancial melhoria de qualidade do ensino, ao resgatar valores e promover a paz entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar.

Para a consecução do presente estudo, pretende-se realizar encontros regionais, na RMC, com palestras, cursos, oficinas, pesquisa de campo, tendo como público alvo os diretores, professores e pessoal de apoio da Rede Pública de Ensino Fundamental. Outros eventos nas principais sedes de microrregiões e na Capital do

Estado, sempre buscando a integração dos pensadores e transmissores dessas matérias para a grande massa de educadores a serem engajados nessa missão.

Assim sendo, objetiva-se realizar um levantamento das condições ideais que promovam uma escola com conceito de qualidade de ponta, voltada para a educação cidadã, do ponto de vista do discente, do docente, dos pais e gestores educacionais.

Para tanto, considerando-se como objetivos específicos:

Analisar o nível de satisfação dos atores do processo, com relação à educação atual;

Avaliar as convergências e divergências de opiniões em relação aos direitos e deveres do cidadão;

Sugerir um modelo de “escola versus educação”, condizente com as expectativas dos vários públicos envolvidos, comprometida com o resgate e a valorização da cidadania;

Propor programas de educação sobre Direitos Humanos e o exercício da Cidadania;

Contextualizar a interdisciplinaridade e a transversalidade no ambiente escolar;

Traçar o perfil e o papel do “novo educador” para atender os preceitos do “Cidadania em Rede”;

Evidenciar a função social da escola na formação de cidadãos, capazes de intervir criticamente na sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As bases para a condução da análise e contextualização do tema apontam para a questão da transversalidade. Assim sendo, esse princípio é fundamentado teoricamente e aplicado na prática do dia a dia, com o proveito desejado, dando força às matérias do núcleo comum, integrando e dando compreensão melhorada.

A transversalidade, bem como a interdisciplinaridade, são princípios teóricos dos quais decorrem várias conseqüências práticas consideradas como sendo princípios inovadores nos sistemas de ensino de vários países, a idéia surgiu no início do século passado, quando educadores como os franceses Ovídio Decroly (1871-1932) e Celestin Freinet (1896-1966), os norte-americanos John Dewey (1852-1952) e William Kilpatrick (1871-1965) e os soviéticos Pier Blonsky (1884-1941) e Nadja Krupskaia (1869-1939), já se referiam ao ensino global. Preconizaram a idéia da transversalidade através dos métodos que criaram:

2.1 MÉTODOS

2.1.1 Método Decroly

Conhecido também como "centros de interesse",partia da idéia da globalização do ensino para romper com a rigidez dos programas escolares. Segundo ele existem seis *centros de interesse* que poderiam substituir os planos de estudo construídos com base em disciplinas: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo. Os centros de interesse são uma

espécie de idéias força em torno das quais convergem as necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno. Freinet e Paulo Freire, nesse sentido, partindo da leitura do mundo, do respeito à cultura primeira do aluno, buscaram desenvolver o aprendizado através da livre discussão dos temas geradores do universo vocabular do aluno..(INSTITUTO PAULO FREIRE, 1983 p.2)

2.1.2 Método dos Projetos

Partia de problemas reais, do dia-a-dia do aluno, com as atividades escolares realizando-se através de projetos, sem necessidade de uma organização especial. “Originalmente ele chamou de projeto a "tarefa de casa" ("home project") de caráter manual que a criança executava fora da escola. O projeto como método didático era uma atividade intencionada que consistia em os próprios alunos fazerem algo num ambiente natural”. (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1983. p.2).

Segundo Kilpatrick, Instituto Paulo Freire, os projetos podem ser classificados quanto à produção, o consumo, no qual se aprendia a utilizar algo já produzido na resolução de um problema e para aperfeiçoamento de uma técnica.

2.1.3 Método dos Complexos

Tendo como estudiosos Blonsky, Pinkevich e Kupskaia, buscava o princípio da escola produtiva, concentrando todo o aprendizado em torno dos fenômenos: Natureza, Trabalho Produtivo e as Relações Sociais.

Difundido na Alemanha e Áustria por educadores alemães, como Braune, Krueger, Rauch, o princípio da escola em comunidade de vida e de trabalho, vem

substituindo os planos e programas de estudo por temas globalizados do trabalho docente.

2.2 PRINCÍPIO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Permitiu um grande avanço na idéia de integração curricular, mantendo, entretanto, a idéia central de trabalhar com disciplinas, onde os interesses próprios de cada uma delas são preservados. Buscava superar o conceito de disciplina, com uma intercomunicação entre elas, tratando efetivamente de um tema/objetivo comum (transversal). Orienta que os temas transversais sejam trabalhados através de **projetos** que integrem as diversas disciplinas e não numa disciplina a parte.

A Secretaria de Educação de São Paulo, na gestão de Paulo Freire, implantou um projeto numa visão interdisciplinar, com a ajuda de professores da Universidade de São Paulo. Buscava capacitar o professor para atuar inserido numa metodologia de ensino de trabalho coletivo e no princípio de que as várias ciências devem contribuir para o estudo de temas que orientem todo o trabalho escolar.

Difícilmente os integrantes de uma escola escolherão trabalhar num projeto que não seja a extensão de seu próprio projeto de vida. Trabalhar com projetos na escola exige um envolvimento muito grande de todos os parceiros e supõe algo mais do que apenas assistir ou ministrar aulas.(MACHADO, p.73).

Além do *conteúdo* propriamente dito, conta muito o *processo* de elaboração, execução e avaliação de cada projeto. O processo também produz aprendizagens novas. "A própria organização das atividades didáticas deve ser encarada a partir da perspectiva do trabalho com projetos. De fato, respostas a perguntas tão freqüentemente formuladas pelos alunos, em diferentes níveis, como "Para que estudar Matemática"? E Português? E História? E Química?" não podem mais ter como referência o aumento do conhecimento ou da cultura, ou ainda, mais pragmaticamente, a aprovação nos exames. A justificativa dos conteúdos disciplinares a serem estudados deve fundar-se em elementos mais significativos para os

estudantes, e nada é mais adequado para isso do que a referência aos projetos de vida de cada um deles, integrados simbioticamente em sua realização aos projetos pedagógicos das unidades escolares (MACHADO, 1997, p.75).

Segundo Eduardo Chaves, da UNICAMP “o tema transversal fundante é a Ética”. A diversidade cultural, o meio ambiente, a sexualidade, o consumo são temas atravessados pela Ética. Ela não é um tema a mais. “Ela é elemento constitutivo de todos os temas”. (INSTITUTO PAULO FREIRE, p.3)

Estudos mais recentes apontam o método dos projetos como uma alternativa viável, como o estudo de Fernando Hernández (1998) que enfoca a "organização do currículo por projetos de trabalho". A proposta do autor está vinculada à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional. Segundo ele, a "modalidade de articulação dos conhecimentos escolares é uma forma de organizar a atividade de ensino e aprendizagem, que implica considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de uma forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos alunos". (HERNÁNDEZ, 1998, p.61-64). O projeto deve favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação ao tratamento da informação e entre os diferentes conteúdos em torno de problemas, facilitando aos alunos a construção de seus conhecimentos.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO

2.3.1 Aspectos Históricos da Educação no Mundo

Dois exemplos de educação são destacados pois apresentam contribuições ao presente estudo, pela amostragem de características específicas dessas escolas.

O primeiro deles, na França, modelo europeu, onde o ensino básico público e privado é assegurado por 5.841 escolas primárias, 6.741 collèges (quinta à oitava séries, no Brasil) e 4.411 liceus. O primário dura cinco anos: o primeiro ano dedicado à alfabetização, os dois seguintes a noções básicas do idioma francês, matemática, história, geografia e ciências, aprofundadas nos últimos dois anos. Os alunos fazem provas e se, ao final do ano, a média for inferior a 10 (de um total de 20) a escola recomenda a repetência, que os pais podem aceitar ou não.

Alunos com dificuldades têm aulas de reforço e, se preciso, os pais são chamados a ajudar o professor. Nos ciclos seguintes, o sistema é o mesmo: notas baixas significam recomendação para repetência, mas a decisão cabe aos pais e professores. No collège, a taxa de repetência é de 10 por cento.

O segundo deles, o ensino nos Estados Unidos, modelo americano, onde não há repetência e todos vão para a escola pública, mas as escolas de bairros ricos são melhores que as dos pobres. No modelo americano, dois alunos da mesma idade podem estar estudando matemática, mas um ainda está aprendendo a somar e outro já faz álgebra avançada. O sistema é de aprovação por mérito: os melhores chegam às universidades, mas todos recebem o diploma. Só repete aluno que não for à aula. Segundo Martin Carnoy, especialista da Universidade de Stanford, a

qualidade da educação nos Estados Unidos está deixando de ser uma preocupação, até porque, apesar dos defeitos do sistema, a economia do país vai bem. (Transcrito do jornal O Estado de São Paulo, 01/10/2000 – São Paulo SP).

2.3.2 Aspectos Históricos da Educação no Brasil

A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

Desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, foram formadas escolas e, conseqüentemente, começava a doutrinação para a leitura, para a escrita e para o canto. Os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, aportaram no Brasil em 1549, com a Companhia de Jesus, quando a Bahia era transformada em Capitania Real do Brasil, sede do Governo Geral. Com a fundação da cidade de Salvador, é criado o primeiro Colégio e o primeiro Bispado. Em seguida, sempre à frente os Jesuítas Nóbrega e Anchieta, é fundado o Colégio de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554, no litoral paulista. Dessa data em diante muita coisa aconteceu para o bem e para o mal da educação no Brasil. Com o passar dos séculos, o Brasil mostrou, no campo da educação, os ideais trazidos pelos portugueses, para instruir os leigos e uma forma de governar a igreja, pois era por intermédio da igreja que os

professores faziam o processo de laicização (leigo), hoje consagrado no ensino público brasileiro.

O sistema de educação, durante três séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil, era bastante precário, em relação à instrução primária, o conteúdo de ensino era estabelecido de normas burocráticas em que as escolas eram obrigadas a seguir. Essa burocracia era estabelecida pela adoção rígida de um método educacional, definição de conteúdos de ensino e autorização ou proibição de livros. As famílias esforçavam-se enviando membros para as escolas. Quais tipos de escolas eram essas?

Essas escolas ficavam estabelecidas nas grandes fazendas, pois os padres ensinavam os filhos dos fazendeiros e inclusive filhos dos escravos. Nos centros urbanos as instruções aos membros das famílias eram dadas com o objetivo de desempenhar um ofício, como por exemplo, para exercer algumas profissões e, até mesmo, ensinavam os proprietários de escravos. Os responsáveis pelas famílias tinham desejo em que seus filhos aprendessem um estudo para que se tornassem padres. Dessa forma, faziam de tudo para que os aprendizes dominassem a leitura e as lições, pois era o mínimo exigido para ingressar nos “colégios”. Os conteúdos nos referidos “colégios” religiosos eram: filosofia, latim retórica, francês, inglês, grego, economia e comércio existente no Rio de Janeiro, naquela época.

As formas de ensino e aprendizagem começaram a mudar no início do século XIX, pois o Estado começou a exercer um controle sobre a educação formal no sistema educacional primário. Nessa época foram nomeados 120 professores para a iniciação de uma nova aprendizagem, sendo que Dom João VI enviou à Inglaterra alguns educadores para estudar um novo método para a implantação no interior da

corporação militar. Com o passar do tempo, a função do docente mudou radicalmente. Percebera-se a manutenção e os novos modelos escolares implantados pela igreja, trazendo consigo um novo corpo de docentes, treinados e orientados pelo poder estatal.

As escolas normais implantadas no Século XIX revolucionaram o sistema educacional de então, afastando o “velho” professor (mestre-escola) pelo novo modelo de professor. (Disponível em: www.pedagogiaemfoco.pro.br Acesso em: 08 jan. 2007, 23h50)

“As escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do Século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais mais formados para a atividade docente” (LOPES, 2000, p.101).

A formação das escolas normais foi promulgada pelo Ato Adicional em 1834, da reforma constitucional, no período imperial, dizia que a educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias, restando à administração nacional o ensino superior. Foram criados os sistemas de ensino de primeiro e segundo graus e de formação de professores. Tal decisão foi tomada para a descentralização administrativa, pois havia uma forte centralização do poder político (Transcrito do site www.pedagogiaemfoco.pro.br, acessado em 08 jan. 2007, 23h00).

2.4 PRIMEIROS EDUCADORES DO BRASIL

Verifica-se que os precursores da educação no Brasil são os Padres Jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, com as suas longas histórias de marchas e contra-marchas no ensino brasileiro.

A história indica que os “professores” da época colonial brasileira não tinham as mínimas informações de métodos pedagógicos para poder passar seus conhecimentos aos seus discípulos. Os padres jesuítas bem como outros “educadores” tinham em mente que os africanos e os amarelos (índios) não possuíam uma inteligência fértil como os filhos dos burgueses que moravam no Brasil na época. Havia muita discriminação. Por exemplo, os métodos aplicados pelos “professores”, eram formas grotescas (castigos duros, como: chibatadas, palmatórias, amarrar ao tronco quem não “aprendesse” como os instrutores queriam, etc), aos nativos e aos negros.

Houve quem lutasse por uma melhora nas condições arcaicas da época. O Estado, sempre se omitia quanto às reivindicações dos verdadeiros educadores, entre eles, Benjamim Constant e José Carlos de Alambary Luz.

2.4.1 Portugueses Manoel da Nóbrega e José de Anchieta

Os precursores do ensino no Brasil são os Jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que com seus erros e acertos atuaram em duas frentes, o trabalho missionário com os índios e a educação com a fundação dos Colégios. Com seus métodos e ações legitimaram a espoliação junto com a fraternidade cristã. Mais ainda, a simbiose da alegoria cristã e do pensamento mercantil, através dos

caminhos violentos e sedutores da pedagogia missionária. Na educação propriamente dita, através das Ordens Religiosas, a Igreja Jesuítica monopolizou as instituições de ensino até o século XVIII, graças ao início monopolizador e dominador dos aclamados e dogmáticos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. (Transcrito do site: www.pedagogiaemfoco.pro.br, acesso em 09 jan. 2007, 24h00).

2.4.2 Holandeses e Franceses

O que existe são narrativas de invasões nas costas brasileiras, na região nordeste, costa do Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde os franceses fundaram a República Antártica da França. Já os holandeses se ocuparam de Pernambuco e Bahia, mais precisamente de Olinda (PE), hoje cidade histórica. Enquanto os franceses se ocupavam de domesticar índios da tribo Tamoyos e com eles fazer aliança para atacar os portugueses e consolidar a posse da costa brasileira na região do Rio de Janeiro, os holandeses promoviam certo desenvolvimento na costa nordestina, construindo sistema de esgoto e águas fluviais na cidade de Olinda, os quais são encontrados até hoje, servindo a cidade em pleno século XXI.

2.5 PRINCIPAIS ESCOLAS NO BRASIL

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e um pequeno grupo de discípulos, na Capela de Montmartre, em Paris, em 1534, com objetivos catequéticos, em função da Reforma Protestante e a expansão do luteranismo na Europa.

Os primeiros jesuítas da Companhia de Jesus chegaram ao território brasileiro em março de 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega.

Quinze dias após a chegada edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, tendo como mestre o Irmão Vicente Rodrigues. Irmão Vicente tornou-se o primeiro professor nos moldes europeus e durante mais de 50 anos dedicou-se a propagação da fé religiosa.

O mais conhecido e o mais atuante, foi o noviço José de Anchieta, nascido na Ilha de Tenerife e falecido na cidade de Reritiba, atual Anchieta, no litoral sul do Estado do Espírito Santo, em 1597. Anchieta tornou-se mestre -escola do Colégio de Piratininga; foi missionário em São Vicente, onde escreveu na areia os “Poemas à Virgem Maria”. Missionário em Piratininga, Rio de Janeiro e Espírito Santo; Provincial da Companhia de Jesus de 1579 a 1586 e Reitor do Colégio do Espírito Santo. Além disso, foi autor da Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil.

No Brasil, os jesuítas se dedicaram a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica, sem que soubessem ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul. Em 1570, vinte e um anos após a chegada, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o Ratio atque Instituto Studiorum, chamado abreviadamente de Ratio Studiorum. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além

do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática, Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina.

Com a descoberta do Brasil, os índios ficaram a mercê dos interesses alienígenas. As cidades desejavam integrá-los ao processo colonizador; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; os colonos estavam interessados em usá-los como escravos. Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as reduções ou missões, no interior do território. Nestas missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também são orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda.

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, de 1750 a 1777. No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma

grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional. Cessa a era jesuítica e começa o período pombalino.

No período pombalino, de 1760 à 1808, pouca coisa restou de prática educativa no Brasil. Só continuaram a funcionar o Seminário Episcopal do Pará e os Seminários São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Foram as radicais diferenças de objetivos que ocasionaram a expulsão dos jesuítas do Brasil e outras áreas de domínio português. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Marquês de Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Em 1823, na tentativa de suprir a falta de professores, instituiu-se o Método Lancaster, ou o “ensino mútuo”, onde um aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de dez alunos(decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor.

Em 1882 Ruy Barbosa sugere a liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução, obedecendo as normas emanadas pela Maçonaria Internacional.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O Imperador D. Pedro II quando perguntado que profissão escolheria se não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser “mestre-escola”. Apesar da sua afeição pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

2.5.1 Pesquisas em São Paulo e no Nordeste

A história informa que o começo de tudo na educação jesuítica no Brasil, foi no nordeste, precisamente em Salvador, na Bahia, onde o primeiro colégio foi fundado. De lá um rápido deslocamento se deu para São Paulo, na cidade de São Vicente e depois São Paulo de Piratininga, onde o segundo Colégio foi fundado. Mas foi no nordeste brasileiro que se deu a grande expansão do ensino sob a égide da Companhia de Jesus. Após o Colégio em Salvador, a expansão caminhou pouco para o sul e, em 1570, vinte um anos após, a rede já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, denominado Ratio Studiorum. Mas eles não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes.

Em 1689, é resolvida a “Questão dos Moços Pardos”, surgida com a proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula e da freqüência dos mestiços. Como as escolas eram públicas, para não perderem os subsídios que recebiam os padres são obrigados a readmiti-los.

Em 1759, duzentos e dez anos após a chegada e de serem os únicos responsáveis pela educação no Brasil, deixam a colônia cerca de quinhentos(500) padres jesuítas, expulsos pelo Marquês de Pombal, Ministro de Dom José I, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares. Ato contínuo, já no período pombalino, expede-se o Alvará de 28 de julho

determinando a instituição de aulas de gramática latina, aulas de grego e de retórica, além de criar o cargo de “Diretor de Estudos”. Medidas consideradas inócuas para um sistema de ensino fragmentado.

2.5.2 Destaques em São Paulo

A colonização de São Paulo começou em 1532, quando em 21 de janeiro, Martin Afonso de Souza fundou a povoação que iria transformar-se na Vila de São Vicente, uma das mais antigas do Brasil e a mais remota da colônia. Dando continuidade à exploração da terra e em busca de novos gentios a evangelizar, no cumprimento da missão que os trouxera ao Novo Mundo, um grupo de jesuítas, do qual faziam parte Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, escalou a serra do mar chegando ao planalto de Piratininga, onde encontraram, segundo cartas enviadas de Portugal, “uma terra mui sadia, fresca e de boas águas”. Do ponto de vista da segurança, a localização topográfica de São Paulo era perfeita: situava-se numa colina alta e plana, que facilitava a defesa contra ataques de índios hostis. Nesse lugar fundaram um colégio em 25 de janeiro de 1554, ao redor do qual se iniciou a construção das primeiras casas de taipa, que dariam origem ao povoado de São Paulo de Piratininga. Em 1560, o povoado ganhou foros de vila.

No início, São Paulo vivia da agricultura de subsistência, aprisionando índios para trabalharem como escravos, na frustrada tentativa de implantação em escala da lavoura de cana-de-açúcar. Mas o grande sonho já era então a descoberta do ouro e dos metais e pedras preciosas. Assim, na segunda metade do século começariam as viagens de reconhecimento ao interior do país, as “bandeiras”. Expedições organizadas para aprisionar índios e procurar pedras e metais preciosos

nos sertões distantes, dando início ao desbravamento das Minas Gerais. Em 1681, São Paulo foi considerada cabeça da Capitania, que incluía então um território muito mais vasto que o atual Estado. Embora em 1711 a vila tenha sido elevada à categoria de cidade, o próprio êxito do empreendimento bandeirante fez com que a Coroa desmembrasse a capitania, para ter controle exclusivo sobre a região das Minas.

Por isso ao longo de todo o século XVIII, São Paulo continuava sendo apenas o quartel-general de onde não cessavam de partir as “bandeiras”, responsáveis pela expansão do território brasileiro a sul e a sudoeste, muito além da linha de Tordesilhas, na proporção direta do extermínio das nações indígenas que colocavam resistência a esse empreendimento. Disso tudo, resultou a proverbial pobreza da Província de São Paulo na época colonial, carente de uma atividade econômica lucrativa como a do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste. Contavam, sobretudo com a mão-de-obra indígena, desfalcada de seus homens válidos, que partiam para o sertão a redesenhar as fronteiras do Brasil. (Disponível em: www.historiadoBrasil.pro.br, acesso em 02 fev. 2007, 21h00).

Após a independência, em 1822, os africanos representavam algo em torno de 25% da população, e, os mulatos, mais de 40%. Era então insignificante a presença de índios nas zonas ocupadas pela colonização, e em especial nas lavouras de açúcar, implantadas com êxito no litoral norte e na região entre Itu e Sorocaba. Assim, a grande virada da economia paulista só aconteceria na passagem do século XVIII para o XIX, quando as plantações de café começaram a substituir as de cana-de-açúcar e a se preparar para ocupar o primeiro plano na economia nacional.

Segundo alguns autores o Brasil foi finalmente “descoberto” e a nossa história passou a ter complexidade maior, somente com a vinda da Família Real portuguesa. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, sendo que em 1538 já existia a universidade de São Domingos e em 1551 a do México e a de Lima. Já a primeira Faculdade de Direito do Largo São Francisco(São Paulo) foi em 1827 e a Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo. Por todo o império, incluindo D. João VI, Dom. Pedro I e Dom. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim.

Com a Proclamação da República, tentou-se reformas que pudessem dar uma nova guinada mas uma observação mais atenta, verá que a educação brasileira não sofreu processo de evolução que pudesse ser considerado significativo em termos de modelo. Até os dias de hoje, muito se tem mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é a de manter o “status quo” para aqueles que freqüentam os bancos escolares.

2.5.3 Destaques no Nordeste Brasileiro

A História indica que tudo começou na Bahia, com a inauguração do primeiro colégio jesuíta no Brasil em 1549. Precisamente em Salvador, capital do estado baiano, na época, primeira capital real da Capitania Geral do Brasil, em pleno nordeste brasileiro. Segue-se a fundação do colégio jesuíta de Olinda em 1568. Em seguida, 1570, são fundados os colégios elementares de Porto Seguro, Ilhéus, Pernambuco e Bahia. Em 1575, na Bahia, já se colava grau de Bacharel em Artes e

licenciatura. Em 1622 é fundado o colégio jesuíta do Maranhão e em 1652, trinta anos depois, é fundado o colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão. No Recife, é fundado o colégio jesuíta de Nossa Senhora do Ó, em 1678. Já em 1683, é fundado o colégio jesuíta da Paraíba.

Nesse período, em 1689, é resolvida a “Questão dos Moços Pardos”, surgida com a proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula e da freqüência dos mestiços. Como as escolas eram públicas, para não perderem os subsídios que recebiam, são obrigados e readmiti-los. Em 1692, é fundada na Bahia, a Escola de Artes e Edificações Militares.

Chegando ao ano 1800, o bispo Azeredo Coutinho funda o *Seminário de Olinda*. Mais adiante, o mesmo bispo Dom Azeredo, funda em Pernambuco o *Recolhimento de Nossa Senhora da Glória*, só para meninas da nascente nobreza e fidalguia brasileira.

2.6 EVOLUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

A história conta que a escola jesuítica implantada no Brasil, a partir de 1549, era pública. Havia um acordo entre Portugal e Companhia de Jesus, pelo qual a Coroa Portuguesa sustentava os jesuítas e suas estruturas e estes cumpriam uma certa submissão piedosa à Coroa de Portugal. Portugal cumpria a sua parte no tratado. Quanto aos Jesuítas, algo não ia bem. Tanto é verdade que o Marquês de Pombal os expulsou do país, acusandos de não atenderem aos interesses de Portugal, tanto aqui no Brasil como além mar. No período pombalino, a escola fica mais pública no Brasil. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais

emanados por Pombal. Se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Pelo alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após o seu afastamento. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras.

Diante da situação caótica, Portugal percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução. Para isso, instituiu-se o “subsídio literário” para manutenção dos ensinos primário e médio. Criado em 1772, o “subsídio” era uma taxa ou um imposto, que incidia sobre carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente. Além de ínfimo, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos, a espera de uma solução vinda de Portugal. Os professores geralmente não tinham preparo para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias.

O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado, e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade ao trabalho de educação.

2.6.1 Processo Ensino Aprendizagem

A expressão processo ensino-aprendizagem, quer dizer que não há ensino se não houver aprendizagem. O ensino é um processo duplo no qual duas pessoas, no mínimo, estão envolvidas – o aluno, com seus interesses e necessidades; o professor, com sua ampla experiência e conhecimento.

Quando o aluno aprende pode-se dizer que o professor realmente ensinou. O professor pode fazer preleção, exortar, falar, passar informações a seus alunos, como se estes fossem apenas recipientes. Mas ele somente ensinou quando seu ensino influencia a vida de seus alunos – muda seus modos de pensar, sentir, agir. Se o aluno tem tão importante parte no ensino, como poderá ser induzido a fazê-lo? Quais são alguns dos princípios pelos quais aprende com mais facilidade? (Ina S. Lambdin. 1982, pg. 53).

Até alguns anos atrás, tudo que se sabia do processo ensino e aprendizagem era priorizar o ensino em relação à aprendizagem. O modelo pedagógico era centralizado no ensino, o que significava na figura do professor.

O sistema educacional colocava desafios que freqüentemente se limitavam ao segmento de programas de ensino previamente estabelecidos, com pouca possibilidade de interferência criativa e crítica dos alunos e mesmo dos professores.

O ensino era de massa, como a produção das indústrias.

Segundo o professor doutor Gilberto Teixeira, (FEA/USP, site www.serprofessoruniversitario.pro.br, 18/05/2007, 23h25), o aluno era padrão, como um hambúrguer do MacDonalds. A sala de aula era cognitivamente tão desestimulante aos alunos quanto à superfície de Plutão para uma bactéria. O estereótipo de professor nesse paradigma é alguém lá na frente “dando” aula para

uma turma de alunos relativamente pouco interessados em qualquer coisa que fosse além dos quesitos de avaliação formal. Nessa educação, o aluno era mais objeto que sujeito, o professor mais vítima que autor, o ambiente de aprendizagem mais uma limitação que uma libertação.

Ao professor cabia organizar e distribuir informações e tarefas. Dos alunos esperava-se especialmente disciplina, obediência e pacificidade. O ritmo e o fluxo de interações, fundamentais aos processos de aprendizagem, eram majoritariamente controlados pelo professor, limitado ainda, pelo sinal a cada cinqüenta minutos.

As reações a esse modelo já começou há algum tempo, mas, no entanto, ainda são poucas e ainda confusas. Há, ainda, uma enorme distância entre discurso e prática.

As demandas de aprendizagem aumentaram e estão mais exigentes. Há muito que aprender, de modo mais profundo e em menos tempo do que cabe em uma vida comum. Há que aprender e também que desaprender.

Há muita informação e tantas oportunidades quanto riscos. É preciso ser seletivo e saber escolher os caminhos que conduzem ao interesse, e avaliar as conseqüências dessa escolha. Não esperar que sistemas centralizados de organização e gestão de processos de ensino possam atender às, cada vez mais múltiplas, reais e específicas necessidades, não será boa prática. É impensável que esses sistemas centralizados possam optar melhor que o indivíduo, a cada dificuldade dos infindáveis trajetos de aprendizagens.

Está em curso o desenvolvimento de conceitos e instrumentos que viabilizam que o sujeito que aprende passe a controlar seu processo de aprendizagem, seguindo caminhos não padronizados, eventualmente únicos, que considerem o

estilo pessoal, contexto de vida, interesse, características cognitivas e de personalidade, além de suas possibilidades objetivas. Esses caminhos de aprendizagem, traçados pelo sujeito, terão convergências momentâneas com os caminhos de outros aprendizes, momento em que as interações serão necessárias, possíveis e certamente intensas.

Então, chega-se a uma nova concepção, na qual essas novas necessidades de aprender podem ser atendidas pelo inusitado aparelhamento dos ambientes humanos para esse fim. Será inevitável, assim, que o conceito de escola seja, em breve, significativamente diferente do que é hoje.

E assim, também, será com os conceitos de aula, de presença, de desempenho, de professor, de aluno, de turma.

O Professor organizador, transmissor está tendo seu papel discutido, e será reconstruído como já são diversos outros profissionais, de médicos a metalúrgicos. O Professor passou a ser um tremendo improvisador naquilo que não deveria improvisar e um burocrata, naquilo em que precisava criar e criticar.(G. TEIXEIRA. FEA/USP, site www.serprofessoruniversitário.pro.br, acessado em 18 mai. 2007, 23h25).

2.7 PERFIL DO EDUCADOR

Segundo o jornalista Danilo Mendes Guimarães, deve-se lutar “por uma escola justa para todos, onde o filho do gari tenha a mesma condição de escolaridade que o filho do presidente”.(VEJA, ano 38, nº 7).

Cerca de cinquenta anos atrás, o Brasil e a Coréia do Sul se encontravam na mesma situação de miséria e pobreza, no entanto, a Coréia mostrou que estava apta a ganhar o mundo com a sua brilhante força de vontade e garra para mudar a situação de pobreza que assolava a nação.

A eficiência do ensino coreano é apenas uma consequência das incontáveis medidas tomadas pelo governo. Ele optou por investir na educação como maneira de alcançar o desenvolvimento econômico e social. Já o Brasil optou por investir na indústria para modernizar-se e assim chegar ao desenvolvimento. No entanto, os seus esforços não trouxeram muitos benefícios do ponto de vista social, pois as escolas continuam com uma baixa qualidade de ensino, e os menos favorecidos continuam na miséria.

Além da infraestrutura, o investimento feito nas escolas proporcionou à Coréia salários bastante atrativos para os professores, que estão entre os mais bem pagos do mundo. Nesse contexto a Coréia conseguiu promover uma eficiente junção entre o ambiente acadêmico e a indústria, indispensável para o progresso tecnológico da nação. O resultado, é uma troca que beneficia as duas partes: as universidades coreanas têm investimentos de empresas privadas e as empresas se modernizam a partir das pesquisas e da infra-estrutura científica para desenvolver seus produtos. Esse é mais um recurso que seria interessante ser aproveitado pelo Brasil.

Um outro ponto que o Brasil poderia aproveitar é assegurar a educação básica à população, além do ensino fundamental já oferecido, e preocupar-se mais com a qualidade do ensino nas escolas públicas. Enquanto a Coréia do Sul se preocupa que o seu cidadão tenha a escolaridade no nível superior, com

aproximadamente oitenta e dois por cento dos jovens na universidade, no Brasil esse índice não passa de dezoito por cento.

As escolas de educação infantil, na Coréia do Sul, visam o desenvolvimento cognitivo e motor utilizando-se de inúmeras atividades, diferentes conteúdos e métodos didáticos de acordo com os modelos fornecidos pelo Estado.

São objetivos da Educação Infantil na Coréia:

- Estimular o crescimento da mente e do corpo;
- Obtenção de regras básicas para o convívio social;
- Aprimorar a capacidade de expressão;
- Utilizar a linguagem de maneira correta e saber expressá-la no cotidiano;
- Adquirir curiosidade e procurar soluções para os problemas do cotidiano.

Pode-se perceber, um país apaixonado pelo conhecimento e uma forma diferenciada de enxergar como o conhecimento pode, potencialmente, mudar as condições de vida, não só de uma pessoa, mais de uma nação, que estava totalmente destruída por uma guerra civil.

Acredita-se que se uma revolução educacional for instituída no país, será possível pensar em redução das diferenças sociais e no desenvolvimento tecnológico igualitário para todos os segmentos da sociedade.

O perfil do educador brasileiro que se busca é esse, do professor coreano, um guerreiro capaz de levar essa revolução a frente, e conquistar a vitória difícil, mas possível, da redução das diferenças sociais.

Esse é o perfil do educador que o país quer e precisa. E essa revolução começa nas Universidades onde são formados os professores revolucionários ou passivos, e nossa preferência é pelos primeiros, pois, só o bom professor salva.

2.7.1 Papel do Educador na Formação do Aluno para a Cidadania

Como ensina a professora Rita de Cássia Rocha Soares Chardelli (pedagoga, pós-graduada em psicopedagogia e diretora de escola), cidadania é um processo de luta, conquistas e perdas.

Exercer cidadania não é uma dádiva, é conquista, é ser íntegro, não se deixar corromper. É o exercício dos direitos e deveres. (site www.psicopedagogia.com.br - acesso em 12.06.2007, 18h00)

Sonia Kramer escreve aos professores falando sobre ética e cidadania. Aproveita um encontro casual com alguns deles que conversam sobre a problemática da educação e manda um recado para todos os comprometidos com o ensinar, colocando sua sensibilidade e consciência a serviço do professor e nos mostrando a importância de ter objetivos claros e metas determinadas.

Através das palavras de Nóvoa: “o professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor”, percebe-se que o compromisso com a formação de cidadãos conscientes é muito grande, pois se formam infantes e são eles futuros eleitores e dirigentes.

Cidadania é um processo de luta, conquistas e perdas. Exercer cidadania não é uma dádiva, é conquista, é ser íntegro, não se deixar corromper. É o exercício dos direitos e deveres.

Muitas vezes, os professores incorrem em falhas na condução da educação para a cidadania, quando deixam de desenvolver e valorizar na criança a sensibilidade de ver o mundo, a alegria de ter amigos e a capacidade de doação, que são pré-requisitos para a formação do ser consciente e participativo.

Não se deve perder a oportunidade de interagir, pois depara-se a todo momento, com alunos perdidos no seu papel de criança e pessoa. Alunos, que são frutos de uma geração que experimentou a repressão da sociedade e familiar. Pais que abrem os caminhos de seus filhos sem lhes dar as devidas direções, sem encontrar a medida certa entre o “sim” e o “não”.

A escola fica sobrecarregada, pois está sempre precisando rever com seus alunos conceitos que antes eram fundamentais na família e que hoje deixaram de ser valorizados.

Esses cidadãos mirins precisam experimentar o gosto da ética e cidadania, da autoridade sem autoritarismo, pois como nos diz Tânia Zagury “a criança, como ser em formação, ainda não possui determinados conhecimentos e capacidades que a habilite a gerir sozinha sua vida”.

A escola tem que estar consciente de seus métodos, técnicas e arrebanhar pessoas, que além de estarem comprometidas com a educação, se permitem ousar, experimentar e investigar.

O respeito ao aluno deve ser a tônica, eles não são cobaias metodológicas e sim agentes de mudança, devendo-se levar o aluno a olhar o mundo de uma forma questionadora, sendo este o grande desafio para a escola.

É preciso que cada professor lute pelo resgate de seu papel social, descobrindo o que o faz ser diferente e mostrando para a sociedade, que a educação sempre foi mola mestra para o desenvolvimento de um país.

Escola e professor se misturam e formam um conjunto de pessoas envolvidas no processo social e que estão a favor da construção da cidadania com valores determinantes.

Enfim, a missão do professor é abrir caminhos para grandes homens trilharem e, como canta Milton Nascimento: “Há de se cuidar do broto para que a vida nos dê flores e frutos...”

2.7.2 Educador Transformador

O Professor Luis Carlos de Menezes, físico e educador da Universidade de São Paulo, enfatiza que “a boa formação dos professores é a base de tudo”. (Revista Nova Escola, v.202, abr. 2007).

O anúncio de novo plano nacional com mais recursos para a Educação Básica, merece boas vindas. Seu sucesso, porém depende, em primeiro lugar de uma boa formação de professores, especialmente dos que atuam em escolas públicas menos favorecidas. Crianças e jovens podem ser receptivos e cordiais ou apáticos e, agressivos, podem estar animados com suas perspectivas ou desmotivados por conviver com gente que saiu da escola sem meio nem razão de vida. Por isso, quanto mais difíceis as condições de ensino, maior deve ser o preparo conceitual e técnico do professor – e não o contrário, como, numa lógica perversa, alguns defendem.

Para que o país deixe de ser campeão da desigualdade, um programa de aperfeiçoamento da formação inicial e em serviço deve não só considerar isso mas ter muita clareza sobre qual formação queremos promover. Não basta ser letrado, matemático ou historiador nem saber os fundamentos filosóficos da Educação. É preciso também, conhecer a escola e conviver com os professores experientes, que atuem como tutores e sejam remunerados para tal. A questão é tão relevante quanto reconhecer que anatomia teórica e psicologia infantil são importantes mas

não suficientes para formar cirurgiões e pediatras. Eles precisam de uma vivência prática numa residência médica supervisionada.

Infelizmente, segundo Menezes (Revista Nova Escola, v.202, abr. 2007), têm-se de procurar muito para encontrar cursos em que, além de receberem uma boa base cultural, possam entrar em contato com a realidade das escolas de Educação Básica e, nelas, aprender a alfabetizar ao lado de uma boa alfabetizadora e a ensinar Matemática ou História com bons mestres, numa espécie de “residência pedagógica”.

Há grandes universidades públicas em que as licenciaturas são depreciadas como meros subprodutos, pois suas aulas nem sequer pesam na avaliação docente. Entre os que ensinam a ensinar, há muitos que não vêm uma sala de aula com crianças desde quando eram crianças. Há também muitos cursos de pedagogia que, ao formar ao mesmo tempo futuros gestores escolares e professores, em seus currículos sobrecarregam a visão sistêmica e administrativa, com prejuízo da formação para a sala de aula (como se um mesmo programa fosse capaz de formar gestores hospitalares e médicos). Por isso, é preciso evitar que uma pedagogia do discurso predomine sobre a arte de ensinar ou que a preleção abstrata tome espaço da vivência didática.

As mais recentes diretrizes oficiais de formação docente até que aumentaram a exigência de práticas formativas, mas isso só será cumprido por faculdades que tenham vínculos com a Educação Básica. E, no novo plano educacional, anuncia-se a formação docente em centros de Educação Tecnológica porque se espera que nessas instituições os cursos formativos tenham mais espaço para atividades didáticas do que em muitas universidades e faculdades.

Diz ainda o Professor Luis Carlos de Menezes, que:

O ideal é que a formação estivesse articulada com redes municipais e estaduais, com cooperação mútua: as universidades responderiam pelo aperfeiçoamento permanente em serviço e as escolas abririam as portas para garantir as atividades práticas da formação inicial, oferecendo seus melhores quadros como tutores. Um programa como esse, incorporado ao plano nacional, aperfeiçoaria os professores e, ao mesmo tempo, aprimoraria as escolas brasileiras. Afinal, nunca é demais lembrar que sem bons professores não há boas escolas e, sem essas, as expectativas de melhorar a Educação fatalmente acabarão frustradas. ([http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0202/aberto/mt - 22h00 - 28/05/2007](http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0202/aberto/mt-22h00-28/05/2007)).

2.7.3 Diferença entre Transversalidade e Interdisciplinaridade

A transversalidade, é um princípio teórico do qual decorrem várias consequências práticas, tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta curricular e pedagógica. A transversalidade aparece hoje como um princípio inovador nos sistemas de ensino de vários países. Contudo, a idéia não é tão nova. Ela remonta aos ideais pedagógicos do início do século XX, quando se falava em ensino global e do qual trataram famosos educadores, entre eles, os franceses Ovídio Decroly (1871-1932) e Celestin Freinet (1896-1966, os norte-americanos John Dewey (1852-1952) e William Kilpatrick (1871-1965) e os soviéticos Píer Blonsky (1884-1941) e Nádja Krupskaja (1869-1939).

Pode-se chamar de temas transversais um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola (YUS, 1998, p. 17).

O princípio da interdisciplinaridade permitiu um grande avanço na idéia de integração curricular. Mas ainda, a idéia central era trabalhar com disciplinas. Na interdisciplinaridade os interesses próprios de cada disciplina são preservados. O

princípio da transversalidade e de transdisciplinaridade busca superar o conceito de disciplina. Aqui, busca-se uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema/objetivo comum (transversal).

Não tem sentido trabalhar os temas transversais através de uma nova disciplina, mas através de projetos que integrem as diversas disciplinas. Uma primeira experiência, ainda numa visão interdisciplinar, foi realizada durante a gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo e está narrada no livro *Ousadia do Diálogo: interdisciplinaridade na escola pública*, organizada pela professora Nídia Nacib Pontuschka.

O projeto foi implantado com a ajuda de professores da Universidade de São Paulo. Buscou-se capacitar o professor para trabalhar nessa nova metodologia de ensino que consiste basicamente no trabalho coletivo e no princípio de que as várias ciências devem contribuir para o estudo de determinados temas que orientam todo o trabalho escolar.

Foi respeitada a especificidade de cada área do conhecimento, mas, para superar a fragmentação dos saberes procurou-se estabelecer e compreender a relação entre uma “totalização em construção” a ser perseguida e novas relações de colaboração integrada de diferentes especialistas que trazem a sua contribuição para a análise de determinado tema gerador sugerido pelo estudo da realidade que antecede a construção curricular.

2.8 CIDADANIA (ESCOLA CIDADÃ)

Segundo ensina a Professora Luiza Ricotta, em Escola, família e sociedade, este tripé representa a base de sustentação de todo o processo educacional atualizado e aplicado à realidade.

A escola atual somada à família resulta numa força capaz de refletir na qualidade das pessoas que convivem em sociedade, pois está comprometida com a formação de pessoas.

A escola de hoje se alia à família procurando compreender os seus meandros, auxiliando-a naquilo que compete a cada uma. Para isso necessita de educadores de talento que promovam e despertem o alicerce base da sociedade: a cidadania, (www.promofair.com.br/educar/educar2007 - 28/05/07 - 22h30).

2.9 DIREITO À EDUCAÇÃO – ÓTICA DE DIREITOS

Em 1824 a Constituição outorgada pela Assembléia Constituinte, dizia no seu artigo 179, que a “instrução primária era gratuita a todos os cidadãos”. Desde então, bem sabemos o que vem acontecendo no Brasil, com algumas melhoras nos tempos atuais, mas as desigualdades continuam brutais.

A Lei 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º determina que, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” às crianças e adolescentes brasileiros.

A Constituição Federal de 1988, A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases e outros textos legais, afirmam e ratificam a questão da obrigatoriedade do ensino.

Conhecidos os textos legais, históricos e contemporâneos, verifica-se a existência de modelos de Escola Cidadã em muitos estados brasileiros, cujos resultados paulatinamente estão se fazendo notar, levando professores, comunidade e muito especialmente os alunos a mudança de conduta. Assim, recorrendo novamente ao Instituto Paulo Freire, sobre os temas transversais dos novos parâmetros curriculares que incluem o estudo da Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Eles expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira, presentes sob várias formas na vida cotidiana. São amplos o bastante, para traduzir preocupações de todo o País, são questões em debate na sociedade, através dos quais, o dissenso, o confronto de opiniões se coloca.

Através da Ética, o aluno deverá entender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade de construção de uma sociedade justa, adotar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, discutindo a moral vigente e tentando compreender os valores presentes na sociedade atual, e em que medida eles devem ou podem ser mudados.

3 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Pesquisas bibliográficas e documentais, nas bibliotecas, jornais, revistas e outras publicações. Muito especialmente, bibliotecas virtuais e sites confiáveis, formaram o grande universo de dados e informações aproveitados no presente documento monográfico;

Pesquisa de campo, direto nas escolas, em sala de aula, buscando saber o que pensam alunos das séries avançadas de 5ª à 8ª, do ensino fundamental. Quatro perguntas sobre o estado atual da escola que eles estão freqüentando e quatro perguntas sobre a escola desejada por eles, em perguntas objetivas de múltipla escolha.

3.1 ESTRUTURA DA REDE - FÍSICA

A montagem da Cidadania em Rede, com amplitude estadual, demanda uma série de providencias e atitudes que envolvem desde o meio universitário, escolar, comunitário e sociedade como um todo. Quando falamos da estrutura física/material, incluem-se a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Secretaria de Estado da Educação - SEED, Escolas públicas e municípios, responsáveis pelo Ensino Básico e Fundamental e, tantos outros espaços possíveis de disponibilizar para palestras e oficinas aos educadores.

3.2 OBJETIVOS

3.2.1 Geral

Levantar condições ideais que promovam uma escola com conceito de qualidade de ponta, promovendo a cidadania em rede sob a ótica do comportamento ético e de direitos do cidadão.

3.2.2 Específicos

- Levantar características demográficas dos respondentes;
- Avaliar as convergências e divergências de opiniões em relação aos direitos e deveres do cidadão no aspecto educacional e social;
- Sugerir um modelo de “escola versus educação”, condizente com as expectativas dos vários públicos envolvidos, comprometida com o resgate e a valorização da cidadania;
- Propor programas de educação sobre Direitos Humanos e o exercício da Cidadania.

Estabelecer uma relação entre o projeto “Cidadania em Rede” e o processo pedagógico da rede pública de ensino do Paraná.

Estabelecer, através da teoria, um paralelo entre transversalidade e interdisciplinaridade na ação pedagógica e a relação destes conceitos com a “Cidadania em Rede”.

Traçar o perfil e o papel do “novo educador” para atender os preceitos do “Cidadania em Rede”.

Evidenciar a função social da escola na formação de cidadãos, capazes de intervir criticamente na sociedade, mudando-a para melhor.

3.3 CARACTERÍSTICAS DA REDE

Trata-se de uma escola itinerante de formação para a democracia, que promove um processo de informação aos docentes, levando os conceitos de cidadania às escolas e à sociedade civil organizada, dando condições para que aprendam a exercer seus direitos e deveres, tornando-os agentes multiplicadores. Cidadania em Rede, desta forma, abre caminhos e amplia as informações referentes aos direitos humanos, a ética e aos valores, entendendo que Direitos Humanos e Cidadania é uma combinação que pode mudar a vida das pessoas, com real proveito para a qualidade do ensino, quando promove a paz entre os educandos e melhora o aproveitamento das matérias em exposição.

Cidadania em Rede, em colaboração com os órgãos estaduais da educação e Escolas Municipais do Ensino Básico, pretende, com este estudo, expandir o trabalho para a Rede de Ensino Fundamental de todo o Estado do Paraná.

Para tanto, deverá constituir um Comitê Gestor, cujas atribuições serão de dar formas definitivas às ações necessárias para o avanço dos trabalhos.

Inicialmente, o Comitê Gestor daria cumprimento a uma agenda, da qual deverão constar:

- Elaboração do Programa de Formação Permanente;
- Formação da Equipe Técnica (monitores da Cidadania em Rede);
- Realização do I Seminário da Cidadania em Rede;

- Definir Carta de Princípios da Cidadania em Rede;
- Definição do rol de publicações para os eventos.

3.4 PRINCIPAIS OBJETIVOS E METAS DA REDE

Informar a comunidade escolar sobre direitos e deveres, estimulando-a a exercitar seus conhecimentos, desenvolvendo programas de educação sobre Direitos e Deveres, Ética e o exercício da cidadania, bem como, fomentar parcerias com as instituições para o desenvolvimento de projetos na área de direitos, entre outras ações.

Tendo a frente valores incontestes como Democracia; Parceria; Transparência; Informação; Educação, Meio Ambiente, as metas do Cidadania em Rede, buscarão desenvolver um laboratório em 03 Escolas do Ensino Fundamental, no Município de Almirante Tamandaré e Curitiba, envolvendo 1.500 crianças da quinta à oitava séries; 90 professores e técnicos; e 90 auxiliares. Nesse universo teremos oportunidade de atuar e corrigir rotas, se necessário, obtendo os resultados e a base para prosseguir a expansão. Assim, a evolução se dará da seguinte forma:

A) Primeira fase = 06 escolas; B) Segunda fase = todas as escolas do município; C) Toda a Região Metropolitana de Curitiba; D) Todo o litoral do Estado; e E) Todo o Estado do Paraná.

Importante observar que o processo para implantar e recolher os primeiros resultados, será de um semestre letivo, seguindo-se em seqüência por igual tempo para as demais fases.

3.5 MISSÃO DA REDE

Incentivar o exercício da cidadania e defender os Direitos Humanos e Fundamentais, a Ética e valores educativos que transformem o cidadão.

Estimular o desenvolvimento de Políticas Públicas que garantam a sua efetiva existência na rede e na sociedade, especialmente na escola, local de aprendizado e de formação de cidadãos ainda em desenvolvimento, aptos para aprender e cumprir os preceitos da missão de defesa da paz, ética e direitos humanos.

3.5.1 Visão da Rede

Os conceitos de Direitos Humanos e de Cidadania são uma construção coletiva, histórica e permanente da humanidade. É responsabilidade da sociedade através do governo, do judiciário, do legislativo, das empresas, das Universidades, das escolas, das ONG's e do cidadão, o aperfeiçoamento destes conceitos e o esforço constante em transformá-los numa realidade para todos. Com essa visão, o Cidadania em Rede, como proposta para o Ensino Fundamental, sob a ótica de direitos, pretende propagar a informação para todos os destinos já enumerados e quantos mais houver, formando cidadãos conscientes e semeadores desses valores.

3.5.2 Princípios e Valores da rede

Democratizar o conhecimento, levando a todos os espaços as mensagens que formam e informam sobre direitos e deveres dos cidadãos, reforçando o que preceitua a Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto de Defesa dos Direitos do Idoso e

outros textos que tratam do tema, cuja prioridade será predominante em todos os encontros e debates promovidos pela Rede.

Desenvolver idéias e sugerir políticas públicas para transformar as estruturas injustas, promovendo a pessoa humana, superando na ação as medidas simplesmente assistencialistas.

Buscar e participar de ações que visem criar condições para o resgate de marginalizados, na conquista de igualdade de oportunidades, através do conhecimento e preparação para a mudança da condição humana.

Ter presente, que o avanço do ser humano para a conquista de um lugar ao sol, sempre passará pela educação e pelos princípios que qualifiquem o ser e não o ter.

Combater a corrupção e contribuir para dar transparência na administração pública, em todos os seus níveis, valorizando a democratização, a livre informação, as parcerias e especialmente a educação.

3.5.3 Estratégias para Implantação da Rede

Organizar os ciclos de palestras, através da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Cidadania – CODIC, órgão de execução das políticas públicas de defesa de direitos da cidadania, da SEJU - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, convidando personalidades de reconhecido saber e entidades públicas e privadas, nas diversas especialidades, para proferirem as palestras e/ou realizar oficinas. Os professores são convidados para participar na condição de alunos e debatedores, durante uma semana, em cada semestre letivo, recebem as informações, trocam idéias e levam esse reforço para as salas de aula. Lá transmitem aos seus alunos, que as retransmitem às suas famílias e daí para a comunidade. Ao cabo de um tempo, essas informações retornam sob forma de reivindicação à própria escola

onde estudam, manifestando seus direitos e cumprindo seus deveres, como parte integrante de uma educação cidadã e democrática, promovendo a paz, melhorando a disciplina comportamental e, com isso, melhorar o aproveitamento das matérias ensinadas.

3.5.4 Teste para Implementação da Rede

Testes já realizados em 2004 e 2005, na Região Metropolitana de Curitiba e os que serão realizados ao longo dos doze meses, do ano 2008, acompanhados de pesquisas de avaliação de conteúdos e seus efeitos, conforme o grau de manifestação das classes de alunos de 5ª à 8ª séries e anteriores, quando possível, assegurando a validade e consequência da iniciativa, apoiada por grande parte dos professores e técnicos que participaram desses encontros e debates.

3.6 METODOLOGIA A SER IMPLEMENTADA

A realização do presente estudo, exige um procedimento de várias formas de busca e investigação dos acontecimentos no meio estudantil e docente, cenário de observação para o resultado final, encontrando onde está o problema alvo e sanando obstáculos para a melhoria do ensino.

Nesse estudo, foram pesquisadas 03 escolas da periferia, sendo duas na Região Metropolitana de Curitiba e outra no bairro CIC, entre os dias 19 e 23 de junho de 2007, sendo as Escolas Vereador Pedro Piekas e Papa João Paulo I, no município de Almirante Tamandaré e Arlindo Assis - CIC – Curitiba.

Num universo de 3.800 alunos, foram pesquisados 371 deles, na faixa etária de 12 a 18 anos.

GRÁFICO 1 – RELACIONAMENTO PROFESSOR / ALUNO

**Interpretação e análise do gráfico acima**

P.1) No Campo Relacionamento, Como Se Comportam Seus Professores?

R.1) 170 alunos responderam que os professores têm um bom relacionamento com eles. Mais que 50%, indicativo de que o relacionamento é bom com a grande maioria.

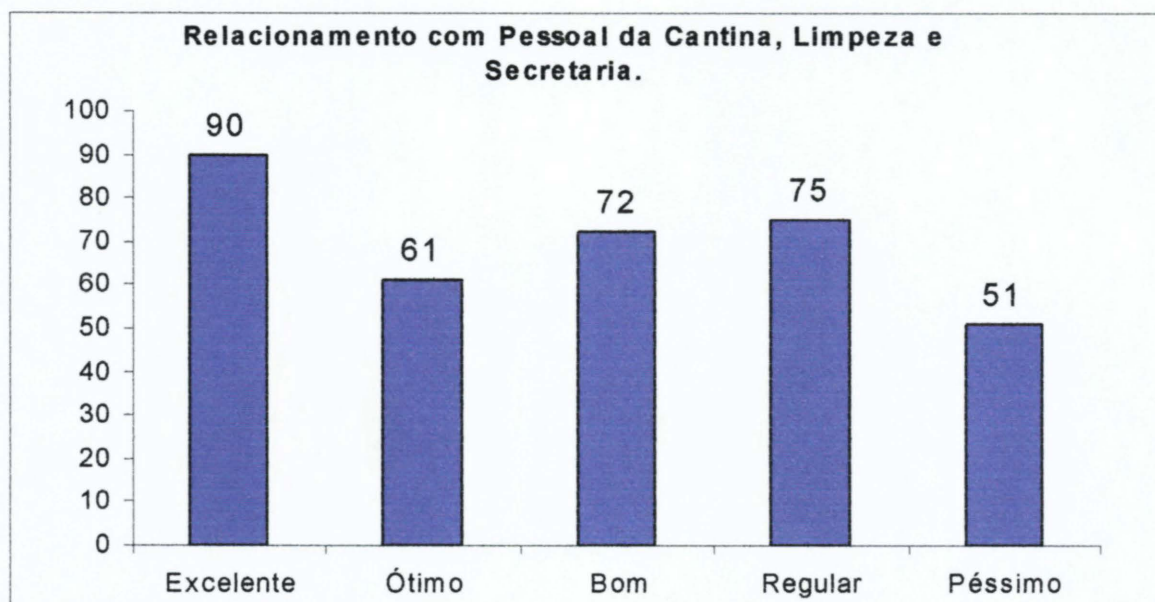
R.2) 71 respostas de que os professores são justos com os alunos, correspondendo a 20% das respostas, indicando que o sentimento de justiça não é o ponto alto das relações professor-aluno.

R.3) 18 respostas afirmativas, 5%, indicando um fraco conceito de cumprimento da palavra empenhada com os alunos. Essa relação precisa melhorar.

R.4) 54 responderam que os professores ouvem e respeitam a opinião dos alunos. Com 16%, a resposta indica que é fraco o conceito de interatividade dos professores com seus alunos.

R.5) 28 alunos deram outras respostas variadas, correspondendo a 28%.

GRÁFICO 2 – RELACIONAMENTO COM PESSOAL DA SECRETARIA ESCOLAR, CANTINA E LIMPEZA



Interpretação e análise do gráfico da pesquisa

P.2) Na Sua Opinião, Aqui Na Escola Onde Você Estuda, O Pessoal Da Secretaria, Da Cantina E Da Limpeza, Pratica Um Relacionamento:

R.1) Excelente, 26% responderam, correspondente a um quarto do respondentes. O indicativo é de que esse grupo é muito bem atendido.

R.2) Ótimo, 17%, indicando boa qualidade do atendimento.

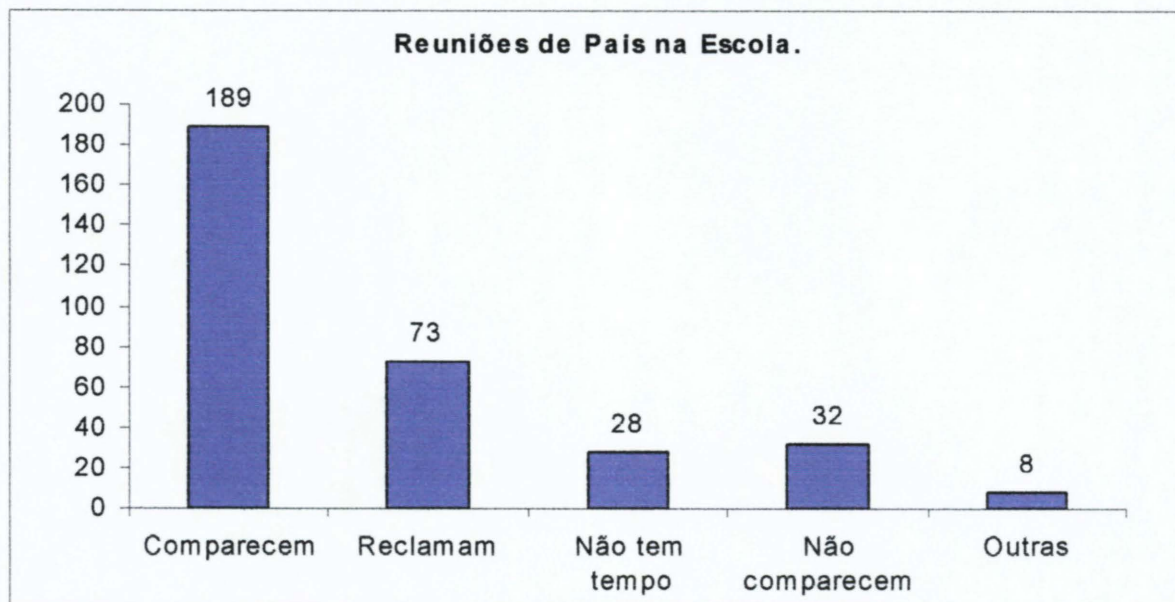
R.3) Bom, representando 21%, revelando que o serviço é bom.

R.4) Regular, 21%, revelando um certo descontentamento com o atendimento nesses setores.

R.5) Outras respostas variadas.

É possível concluir que, somando os percentuais das três primeiras respostas, teremos um valor relativo de 64% de aprovação aos serviços.

GRÁFICO 3 – REUNIÕES DE PAIS NA ESCOLA



Interpretação e análise do gráfico de pesquisa

P.3) Quando a escola convida a família(pai, mãe, avós) para reunião, que atitude eles adotam?

R.1) Comparecem sem reclamar, 189 votos, 58% responderam que sim, perfazendo um índice de maioria considerável, denotando desejo forte de participação na escola de seus filhos.

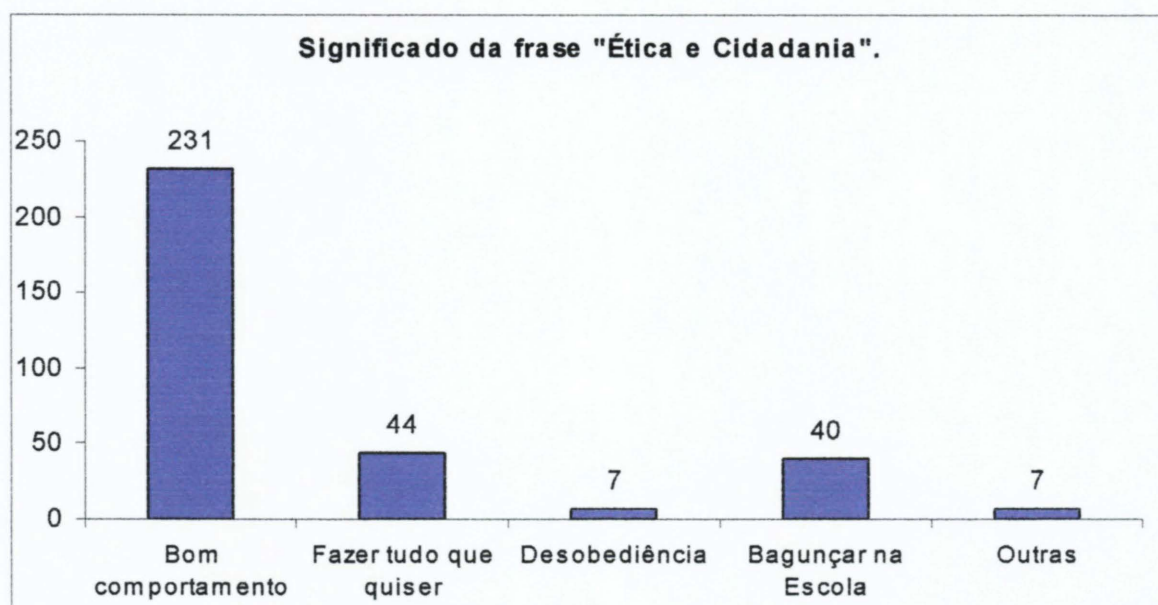
R.2) 73 escolhas, perfazendo um índice de 22%, revelam alguma resistência em participar, porém comparecem às reuniões na escola. Somados os índices, revelam que o comparecimento cobre 80% das famílias.

R.3) 8% dizem não ter tempo para essa atividade, revelando não estar interessados.

R.4) Não comparecem à reunião, 10%, sem justificar, em completo descaso à convocação, somando-se ao anterior revela que 18% não estão interessados.

R.5) 2% deram outras respostas variadas, fechando com os 18% anteriores, com a indiferença somando 20% dos entrevistados.

GRAFICO 4 – SIGNIFICADO DA FRASE ÉTICA E CIDADANIA



Análise e interpretação das respostas

P.4) A frase ética e cidadania representa alguma coisa pra você, como?

R.1) Bom comportamento e honestidade, recebeu a grande maioria das respostas, 71%, revelando um bom nível de entendimento com expressões e condutas correlatas à cidadania. Tal procedimento, revela que a escola pública está aberta aos ensinamentos buscados pelo Cidadania em Rede.

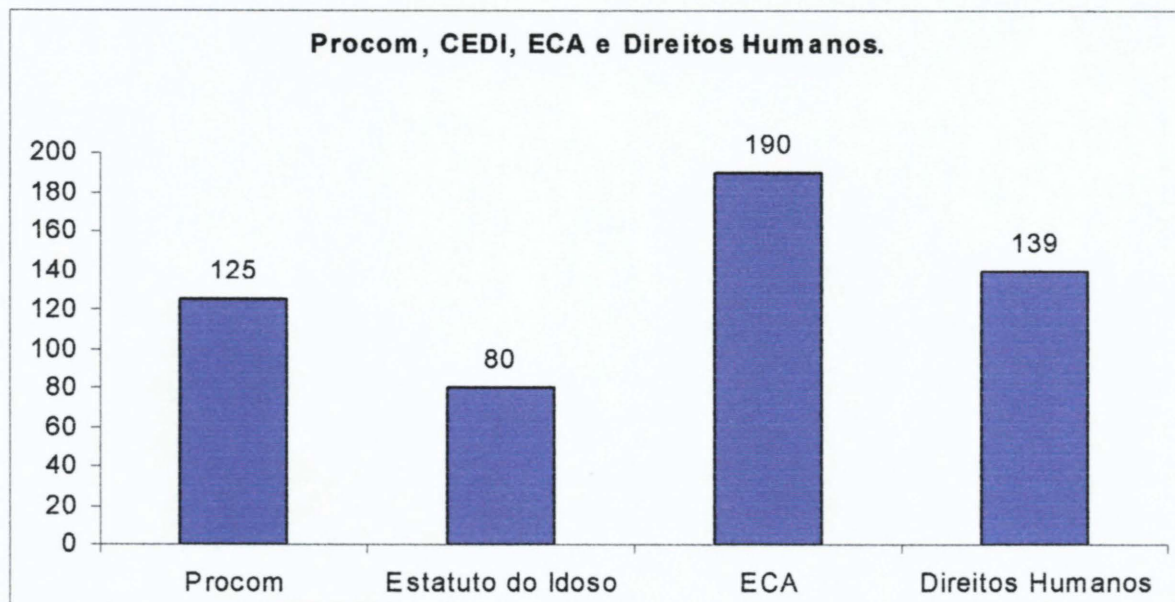
R.2) Fazer tudo o que quiser e como quiser, com 12%, tendência natural da idade.

R.3) Desobediência aos pais e às Leis, 2%, representa poucas opiniões e não tendência de conduta.

R.4) Bagunçar na escola e na rua, com 12%, indica que a direção da escola e professores, devem se preocupar de alguma forma, para sanar essa pequena tendência negativa.

R.5) Outras respostas, 2%, nada significativo diante do universo pesquisado.

GRÁFICO 5 – PROCOM, CEDI, ECA E DIREITOS HUMANOS

**Análise e interpretação das respostas colhidas na pesquisa de campo**

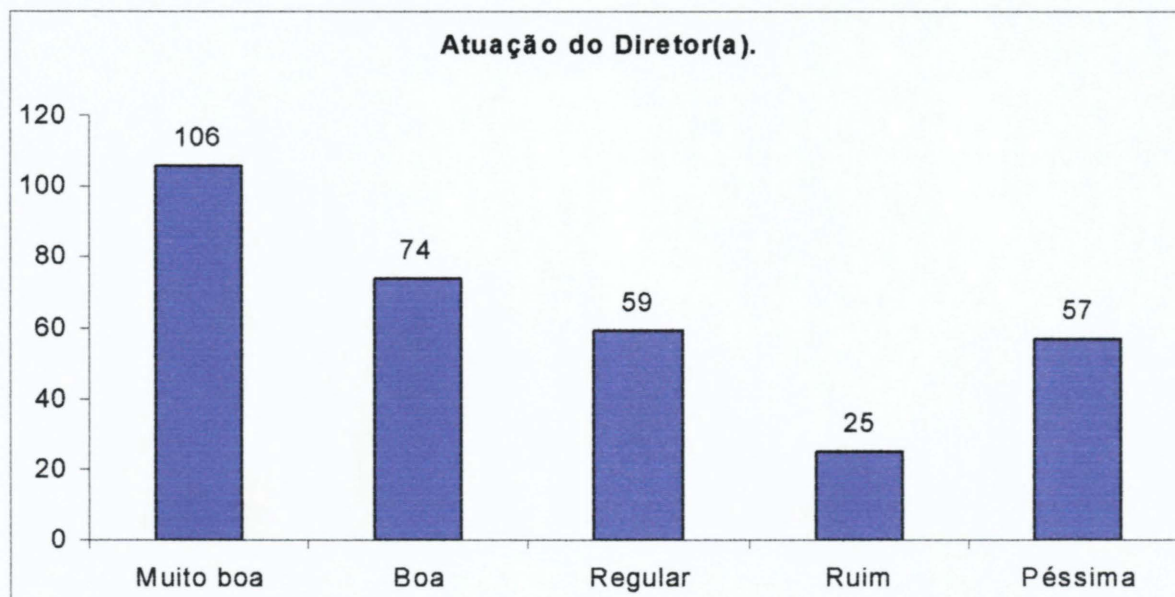
P.5) Das quatro publicações enumeradas abaixo, diga qual você já conhece(teve algum contato).

R.1) Código de Defesa do Consumidor, pela associação ao Procon, recebeu consideráveis 23%, o que significa ser bem conhecido nos meios escolares, e razoável preocupação com as relações de consumo.

R.2) Estatuto do Idoso, CEDI, revelou-se pouco conhecido, talvez, por tratar-se de um assunto distante das preocupações atuais dos jovens escolares.

R.3) O ECA-Estatuto da Criança e Adolescente, com 36% das respostas, indica ser bem conhecido no meio estudantil, em razão de tratar diretamente dos direitos e deveres deles próprios. Bom sinal, para quem pretende levar esses conhecimentos às escolas.

GRÁFICO 6 – ATUAÇÃO DO DIRETOR (A)



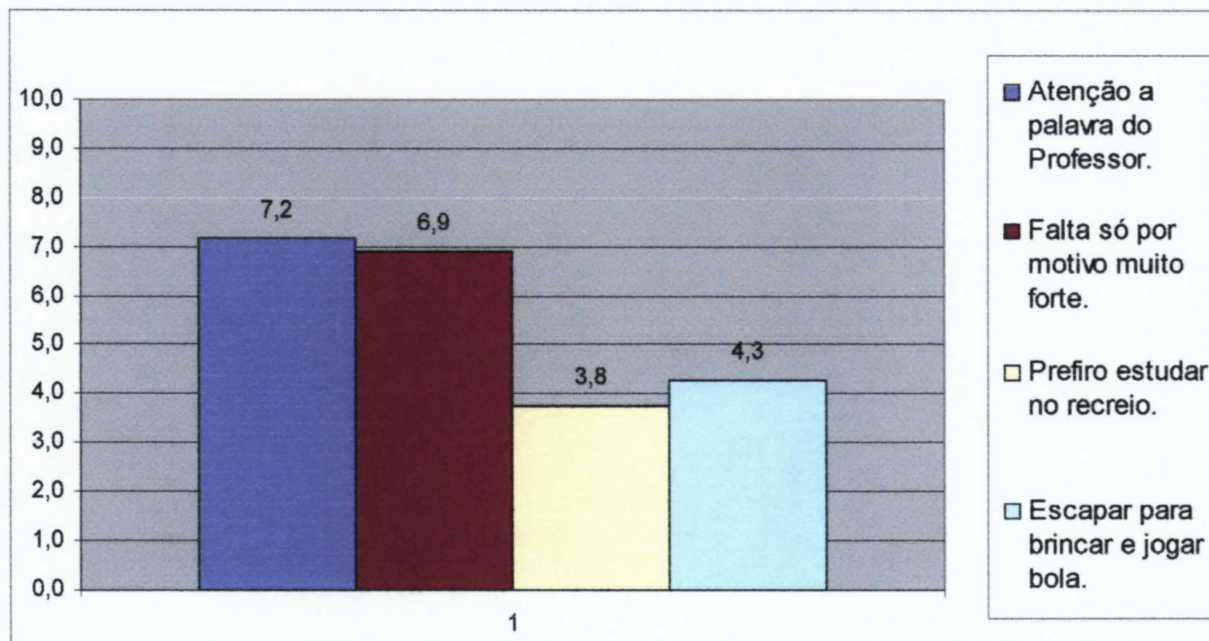
Análise e interpretação dos gráficos

P.6) Sinceramente, como você avalia a atuação do(a) diretor(a) da sua escola hoje?

R.1) Muito boa, 33%, um terço dos alunos estão satisfeitos. Somando ao próximo item, dá ao diretor uma carga de confiança de 56% dos alunos. Bom indicativo, diante das circunstâncias da rede escolar atualmente.

R.2) 23% considera boa a atuação do diretor, lhe dá a somatória de índices acima, considerada aprovação.

GRÁFICO 7 – QUE NOTA VOCÊ DARIA A VOCÊ MESMO(A), DE ZERO A DEZ, NOS QUESITOS ABAIXO



Análise e interpretação dos gráficos

P.7) Que nota você daria a você mesmo(a), de zero a dez, nos quesitos abaixo?

R.1) Presto muita atenção nas palavras do(a) professor(a). A grande maioria, nota 7,6 se diz atenta às palavras dos professores, revelando que quando a aula fica interessante, recebe a atenção devida dos alunos presentes.

R.2) Só deixo de ir à escola por motivo muito forte, recebeu 6,9, revelando forte preocupação em não faltar às aulas. Potencialmente, é uma pré-disposição de ir à escola, onde aproveitar ou não esse momento vai depender do grau de motivação a ser despertado na relação interativa.

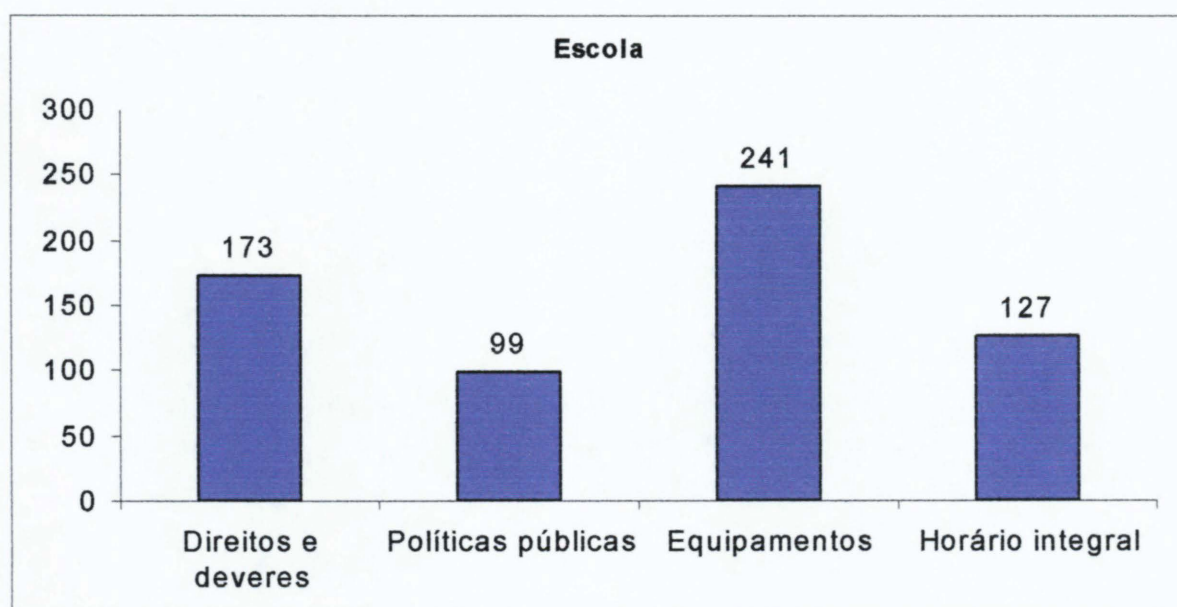
R.3) Na hora do recreio prefiro estudar mais um pouco. Com pontuação 3,8, revela baixa disposição para abrir mão do lazer em favor de estudar mais um pouco.

Dependerá das circunstâncias, uma vez que havendo proximidade de provas, essa decisão poderá ser revertida.

R.4) Sempre que posso prefiro escapar e vou brincar/jogar bola. Com 4,3, revela uma boa parcela dos que, ainda na fase pré-adolescente, não abrem mão do lazer, previsto no seu calendário e parte dos direitos da criança.

Observando as quatro respostas, tem-se a impressão que todos os estudantes das escolas públicas ao redor das grandes cidades, tem sede de saber, mas não abrem mão dos poucos momentos de lazer que lhes disponibilizado.

GRÁFICO 8 – GOSTARIA QUE A MINHA ESCOLA FOSSE DIFERENTE DO QUE É HOJE, POR EXEMPLO



Análises e interpretações dos gráficos da pesquisa

P.8) Gostaria que a minha escola fosse diferente do que é hoje, por exemplo:

R.1) Que falasse mais sobre meus direitos e deveres, com 27% de respostas, revela preocupação dos alunos, em saber mais sobre seus direitos(e deveres) no

ambiente escolar e nas relações fora da escola. Quase um terço, é motivo para dar mais atenção ao assunto.

R.2) Que falasse mais sobre políticas públicas, ordem pública, cidadania, diferenças raciais, entre outros temas. Esse quesito recebeu 15% dos votantes, revelando que é importante sim, mas não prioritário.

R.3) Que a escola tivesse e disponibilizasse equipamentos modernos como, TV, DVD, Computador, videocassete, jornais e revistas. O mais votado com 38%, indica a grande preocupação dos alunos, revelando que as escolas não estão fazendo inclusão digital, além de não dar acesso a outros equipamentos igualmente requisitados pelos estudantes. A escola teme danos ao equipamento e não disponibiliza.

R.4) Que o ensino fosse em horário integral, o dia inteiro, com reforço escolar para alunos que tivessem dificuldade em algumas matérias. Recebeu 20%, revelando preocupação com o tema, que poderá ser melhor explorado e verificada a sua oportunidade.

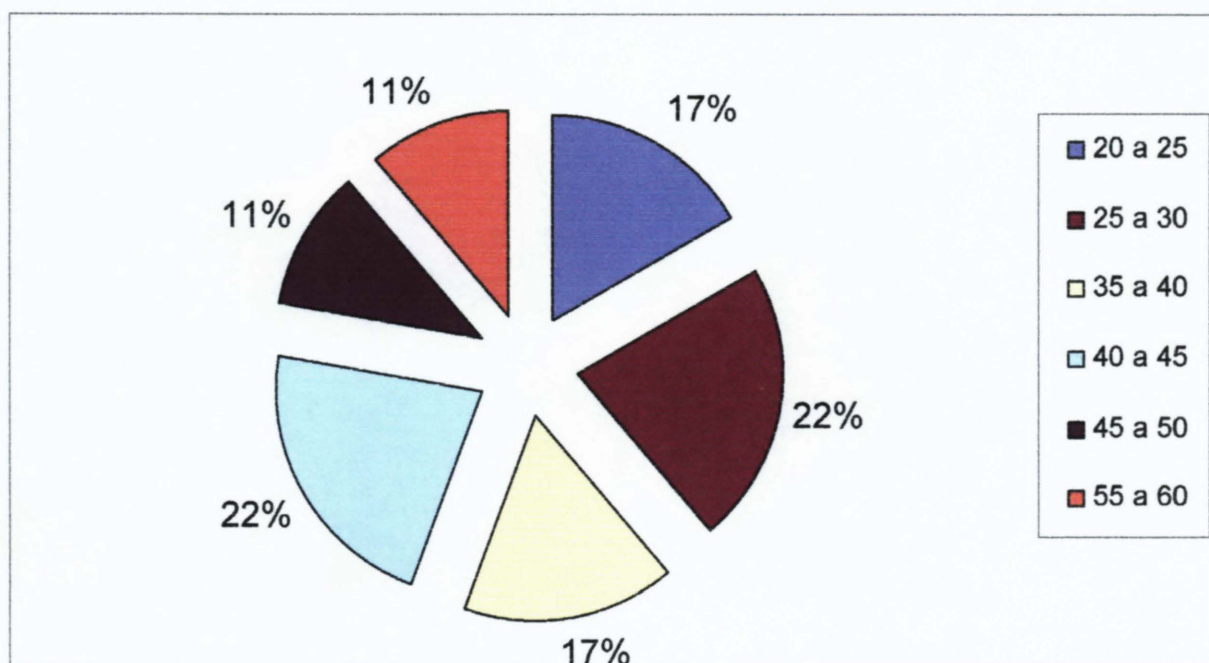
3.6.1 Pesquisas Com Gestores E Professores Das Escolas Visitadas

Entre os professores e gestores, entrevistamos 18 profissionais, na faixa etária entre 20 e 60 anos, todos com curso superior, alguns com pós-graduação e outros com aperfeiçoamentos.

Desses profissionais da educação, pôde-se observar que trabalham sob pressão, entre o currículo pleno de matérias a serem ministradas e o desejo de inserir novas alternativas de aulas com temas atualizados e práticos para o dia a dia.

Vivem a angústia de cumprir com o pré-determinado e fugir da revolução dos tempos modernos, e romper com esse sistema com o qual muitos não concordam, se submetendo às penalidades que o sistema impõem.

GRÁFICO 9 – IDADE DO PROFESSOR (ANOS) - FAIXA ETARIA DOS PROFESSORES



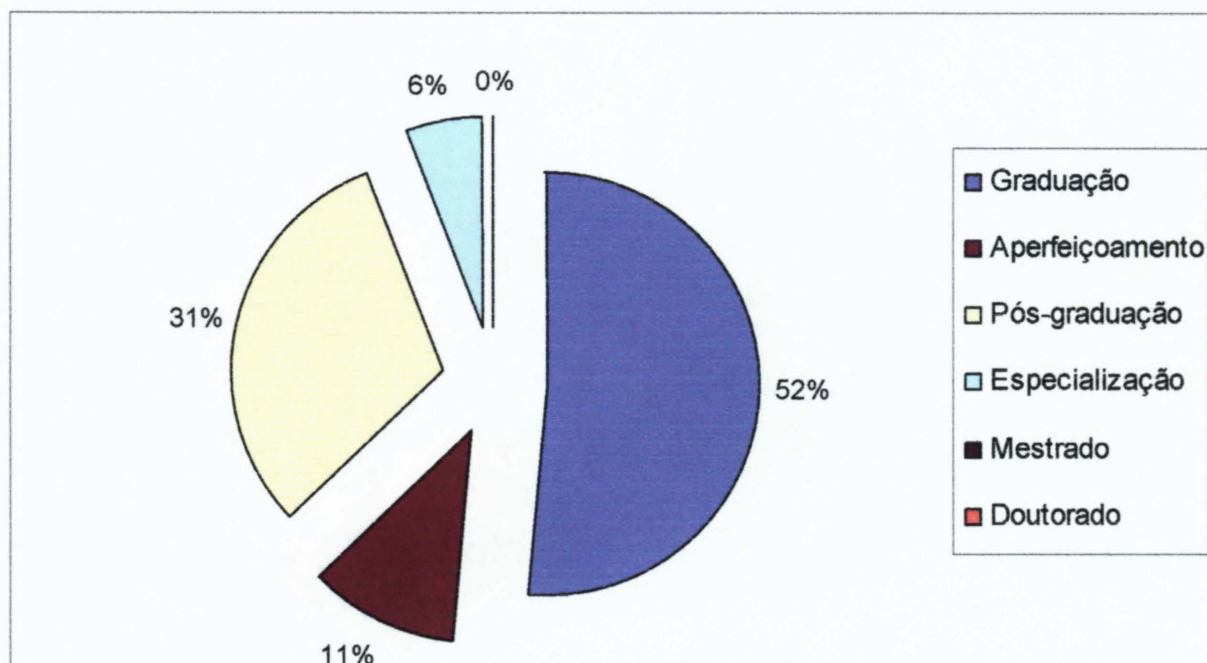
Análise e interpretação dos gráficos

P.1) Qual a idade dos professores que atuam na rede?

R.1-6) A idade dos professores entrevistados, variou entre 20 e 60, sendo a maioria na faixa de 35 a 45 anos. No cargo de gestor, encontram-se professores jovens da faixa de 35 a 40 anos, com considerável desempenho, baseado no ambiente escolar encontrado.

Nas escolas de Almirante Tamandaré, município da Região Metropolitana, o ambiente escolar se mostrou mais harmonizado e com frequência satisfatória.

GRÁFICO 10 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

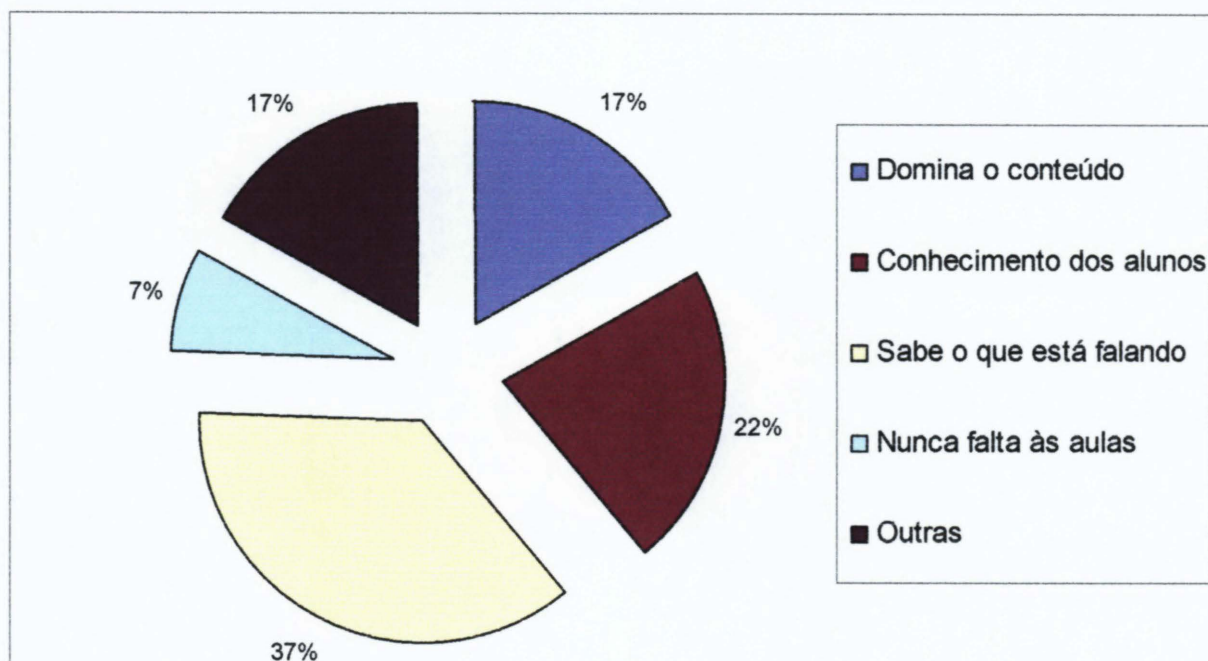


Análise e interpretação dos gráficos

P.3) Qual o grau de formação dos professores?

R.1-6) Graduação dos professores. Todos os professores são graduados em suas respectivas áreas, sendo que 31% deles possuem curso de pós-graduação, 11% mestrado e 6% especialização. Nota-se um grão relevante de preocupação com o auto-aperfeiçoamento. (Dados retirados das fichas de pesquisa realizada nas escolas, nos dias 19 e 23 de jun 2007).

GRÁFICO 11 – CARACTERÍSTICAS DO BOM PROFESSOR



Análise e interpretação dos gráficos

P.4) Na sua opinião que características definem o bom professor.?

R.1) Domina o conteúdo da matéria, com 17%, reforça o professor com conteúdo, mas não prioriza essa condição.

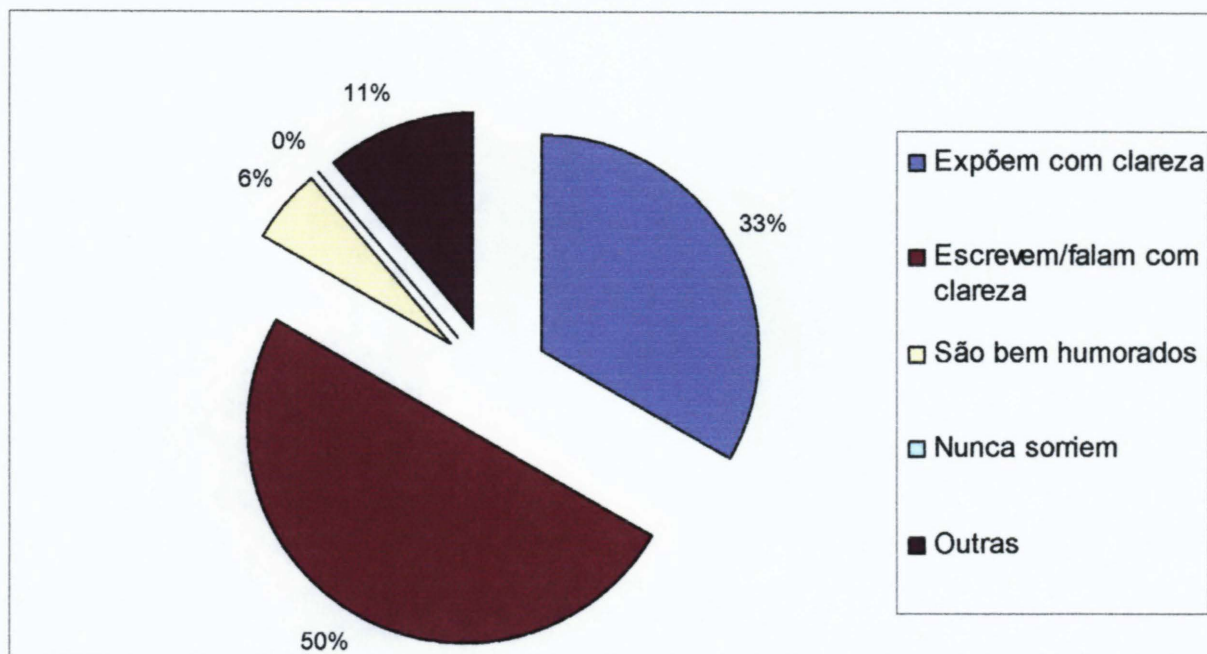
R.2) Tem bom conhecimento com os alunos, 22% reforçando o grau de relacionamento com a classe, pode deixar a desejar no quesito qualidade.

R.3) Sabe o que está falando, recebeu 37% de aprovação, maioria revelando que o saber do professor é revelado na hora de falar. É uma verdade aparente, quase sempre confirmada.

R.4) Nunca falta às aulas. Com 7% revela bem que, nem sempre a assiduidade é sinônimo de competência. Na escola é importante, mas não tudo.

R.5) Outras, 17%, muitas e variadas respostas, sem destaque, mas com algo de verdadeiro.

GRÁFICO 12 – COMPORTAMENTO DOS PROFESSORES



Análise e interpretação dos gráficos

P.5) Quanto à comunicação, como se comportam os professores da sua escola?

R.1) Os professores expõem com clareza e didática, 33% aprovação relativa, mas com peso de quase maioria. Esse dado do professor o qualifica em qualquer escola. Os alunos enxergam o bom professor.

R.2) Os professores escrevem a falam com clareza. 50% lhe dá a aprovação desejada por muitos profissionais. Se os alunos o vêem com esse percentual, é que ele é bom mesmo. Com as condições adversas da região pesquisada, é forte o grau da qualidade dos profissionais da educação que atuam nos locais.

R.3) Os professores são bem humorados. Com 7% de votos, parece que o bom humor está em baixa. É preciso saber qual a razão disso.

R.4) Os professores nunca sorriem. Sem votos. Parece que a satisfação precisa de apoio nesse grupo.

R.5) Outras recebe 11% de votos, revelando que há controvérsias na área das escolas pesquisadas, onde os professores não sorriem.

Observação importante: as respostas foram obtidas dos três diretores das escolas visitadas e de 15 professores, presentes nas escolas no turno da manhã e da tarde. Em uma pesquisa mais abrangente se poderá comprovar outras tendências não alcançadas no presente estudo.

3.6.2 Ciclo de Palestras

Ao mínimo duas palestras por dia, nos períodos semanais, em cada semestre letivo, abordando temas do Cidadania em Rede e próprios para o desenvolvimento intelectual de seres em formação, as crianças das escolas públicas. As palestras serão proferidas em auditórios, salões comunitários, espaços possíveis de serem utilizados, buscando enriquecer os conhecimentos dos professores e, daqueles que se propõem dividir o conhecimento democraticamente, que, em rede, atingirão distancias consideráveis para os objetivos propostos.

3.6.3 Consolidação da Proposta

A consolidação da proposta se dará através da germinação da semente do saber direitos e deveres, que, antes esquecidos ou ignorados ou nunca vistos, agora presentes, presume-se que falarão e farão valer o que ensina Hannah Arendt, “cidadania é a consciência que o individuo tem do direito a ter direitos”.

Nessa mesma direção, caminha o entendimento de que, uma vez conhecidos os princípios básicos da cidadania, entendidos como tal a ética, os direitos humanos, a preservação do meio ambiente, as pessoas envolvidas se respeitarão mais e aproveitarão melhor as lições curriculares da escola.

Diante dessa expectativa, fazer os professores entenderem direitos e deveres, será a meta principal, desencadeando o debate da cidadania, envolvendo a ética, a dignidade e as questões humanas e politicamente corretas e o retorno como forma de reivindicar as melhorias da qualidade do ensino e da vida em desenvolvimento. Admite-se a possibilidade da Escola básica ensinar noções de cidadania para crianças em tenra idade, entre a 1ª e 4ª série, entre 07 e 11 anos, o que melhoraria a conduta e o foco, antes da alfabetização e do ensino das matérias do currículo básico, habilitando o aluno a pré-escolhas das suas leituras, assim que estiver alfabetizado.

Objetivamente, a proposta é dar à escola pública uma nova ferramenta auxiliar, com a qual a escola, mediante o simples expediente de inserir transversalmente esses conhecimentos para professores e alunos, poderá ter como resposta um grande salto de qualidade na base da educação brasileira. Assim é a principal proposta do presente estudo e pesquisa.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo foi fundamentado teoricamente, através de pesquisas bibliográficas e de campo, buscando historiar a educação desde o início da colonização do Brasil, até os dias de hoje. Buscou-se verificar modelos de educação e sua evolução através da cronologia histórica, bem como as diversas metodologias à disposição dos educadores, destacando como ponto chave para inserir os ensinamentos de Direitos Humanos e Fundamentais e as demais disciplinas a serem transmitidas, o princípio teórico da transversalidade. Princípio que permite transitar pelas disciplinas do currículo, não estando ligadas a nenhuma delas em particular, pode-se considerar que são comuns a todas.

Na pesquisa de campo, buscou-se atingir objetivos específicos, levantando respostas para as questões que embasaram tais objetivos em suas especificidades. Por exemplo: Levantar características demográficas dos respondentes. Verificar considerações psicográficas dos pesquisados, que possam definir uma escola de qualidade. Analisar o nível de satisfação dos atores do processo, em relação à educação atual; Avaliar as convergências e divergências de opiniões em relação aos direitos e deveres do cidadão no aspecto educacional e social; Sugerir um modelo de escola versus educação, condizente com as expectativas dos vários públicos envolvidos comprometida com o resgate e a valorização da cidadania; Propor programas de educação sobre Direitos Humanos e fundamentais e o exercício da cidadania; Contextualizar a interdisciplinaridade no ambiente escolar;

Traçar o perfil e o papel do novo educador para atender os preceitos do Cidadania em Rede; Evidenciar a função social da escola na formação de cidadãos, capazes de intervir criticamente na sociedade, mudando-a para melhor.

Nos tempos atuais, a proposta de criação de uma rede de Escolas da Cidadania no Brasil, tem como referência o aumento da capacidade de gestão autônoma do cidadão, a partir das conquistas objetivadas na Constituição Federal de 1988 (em especial, os artigos 14, 29 e, especialmente, 204).

Pretende-se que Cidadania em Rede, uma proposta para a escola pública do Ensino Fundamental no Paraná, transforme a rede de ensino e seus gestores e professores em agentes multiplicadores para a promoção dos Direitos Humanos e da cidadania no meio escolar, cujos desdobramentos, através da rede, levarão esses ensinamentos às comunidades do entorno. No Paraná a rede já está pronta para ser usada (rede pública de ensino).

Uma criança que frequenta hoje a primeira série do ensino fundamental, já foi bombardeada por algo em torno de seis mil horas de informação televisiva.

Temos que admitir que o processo por imitação passa diretamente para a escola, onde o professor, o diretor e seus auxiliares passam a ser os modelos a serem imitados, crescendo sobremaneira a responsabilidade do Estado.

Na pesquisa de campo, no item relacionado a “equipamentos da modernidade na escola”, cinco respostas foram disponibilizadas (RM), quase 50% (cinquenta por cento) cravaram nos equipamentos, revelando um imenso desejo de manejá-los mas hoje, sem chance de contato, pelos motivos já expostos, ceifando a chance da inclusão digital.

Foram pesquisados 371 alunos, de 5^a à 8^a séries, na Região Metropolitana de Curitiba, área leste, município de Almirante Tamandaré e sul de Curitiba.

As características demográficas da população pesquisada: morador da região metropolitana, baixa renda, idade entre 11 e 16 anos, escolarizado. Quanto ao saber sobre direitos e deveres, revelaram conhecimento razoável na pesquisa, relativamente aos direitos e deveres do cidadão.

Com as intervenções propostas, dosar a carga de conhecimentos dos professores, levando uma ampla discussão aos espaços escolares, com os efeitos já enunciados, trazendo como retorno a harmonia na escola e melhor aproveitamento das disciplinas ensinadas.

. A universidade pública é a grande responsável pela formação de professores de qualidade., comprometidos com o sucesso do ensino que irão ministrar para as crianças. Estes terão que ser bem pagos sim, mas terão que ser cobrados e fiscalizados, reciclados e atualizados, com tempo integral e dedicação exclusiva à escola.

. A escola precisa ser apoiada pela comunidade, especialmente pelos pais de alunos, mas, ao governo cabe a tarefa muito especial de valorizar os professores, saídos da universidade formadora, pagando dignamente. Uma medida necessária e urgente é fazer um trabalho conjunto nas escolas, trazendo para funcionar ao lado da unidade escolar um pequeno departamento de saúde, um serviço social e um posto de segurança pública. Esses setores, ao lado dos professores, técnicos, grupo de apoio da escola, darão o necessário atendimento aos pequenos cidadãos, oriundos da mais remota periferia, cujas necessidades não se prendem unicamente ao aprender na escola. Há um conjunto de carências em cada um deles, que precisa

ser tratado na hora e com a devida atenção e carinho, manifestando, sem rodeios, que a escola se importa com cada indivíduo, independente de cor, religião ou região onde mora.

A revista *Época*, 12 de março de 2007, páginas 52 e 53, traz um quadro analítico, baseado em pesquisas da Universidade de Chicago, nos EE.UU., relativamente ao ensino para crianças em tenra idade, entre 03 e 06 anos, que podem ser aproveitados aqui. O prêmio Nobel em economia James Heckman e o economista brasileiro Flávio Cunha, entre outros pesquisadores, analisaram programas que deram educação a crianças pobres dos EE.UU. e orientaram seus pais. A trajetória delas foi acompanhada até os 40 anos de idade. Depois foi comparada à grupo de idade e classe social semelhante, que só entrou na escola na 1ª série.

A diferença entre os dois grupos ficou clara desde o início da escola. No grupo dos que fizeram pré houve 24% menos repetências. A diferença de rendimento foi aumentando com o tempo. Na adolescência, os meninos com pré-escola se envolveram menos com o crime e uma proporção menor de meninas engravidou. Eles tiveram três vezes mais chances de entrar para a faculdade. Quando a geração completou 27 anos, o grupo que fez o pré tinha quatro vezes mais pessoas ganhando mais de dois mil dólares por mês que a turma que entrou na escola depois. Resumo do estudo, quanto mais cedo na escola, melhor cidadão adulto, menos despesas para o Estado e mais produtividade e qualidade de vida. Em importante resumo, os cientistas nos ensinam, em cinco tópicos, a importância do ensino na pré escola, no básico e fundamental e para o resto da vida:

a) O investimento se paga

Um estudo da Universidade de Chicago provou que, quanto mais cedo o governo investe em educação, menos aquela geração vai custar na vida adulta com tratamento de saúde, seguro-desemprego e segurança.

b) É o melhor momento para aprender

Estudos neurológicos revelam que a fase de maior produção de sinapses (ligações entre células cerebrais) vai dos 02 aos 06 anos. É quando o cérebro prepara a estrutura com a qual vai funcionar o resto da vida.

c) Tem outras funções sociais

Famílias de baixa renda que trabalham durante o dia não têm com quem deixar os seus filhos. As creches e pré-escolas e o ensino integral evitam que as crianças fiquem expostas a perigos e libera a mãe para trabalhar ou estudar.

d) Melhora o rendimento escolar

Estudos mostram que, quanto mais estímulos, nessa fase, melhor é o desempenho do aluno no ensino fundamental e no médio.

e) Aumenta o poder aquisitivo

Pesquisas internacionais revelam que a criança pobre que passa pela educação infantil ganhará mais que seus pais.

Segundo o IPEA, no Brasil esse aumento no poder aquisitivo pode chegar a 18%.

No Paraná podemos entender que o ensino em tenra idade e em tempo integral, pode nos levar a grandes resultados, bem como, encaminhar os cidadãos-mirins ao caminho da cidadania consciente, através dos conhecimentos de direitos e deveres, que o “Cidadania em Rede”, pretende difundir nessa fase importante da vida dos cidadãos.

Uma receita surgida na imprensa nos últimos dias, sugere que bom ambiente e presença dos pais na escola influenciam a qualidade do ensino. Diz também, que o fracasso ou sucesso escolar dependem de uma série de variáveis. A constatação é da publicação *Repensando a Escola*: um estudo sobre os desafios de aprender ler e escrever, lançado na última semana pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o Instituto de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (Inep).

A pesquisa foi feita em dez Estados brasileiros e busca identificar elementos que permitam a compreensão das situações de sucesso e fracasso. Segundo a coordenadora dos trabalhos no Paraná, o sucesso se deve a bons professores com bons salários, que propiciem um ambiente acolhedor. A escola precisa de boas instalações, apostar na capacitação dos professores e buscar o envolvimento familiar. “Seria bom que os pais participassem do planejamento pedagógico”, afirma.

Outro ponto de vista publicado recentemente no jornal “Gazeta do Povo”, terça feira, dia 03/07/2007, sobre indisciplina nas escolas, defende a aplicação da “Lei”. Diz o texto: a violência não está apenas no entorno das escolas, nem restrita aos desentendimentos dos alunos. Para o presidente da Associação dos Policiais Militares do Estado de São Paulo, Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves, “a disciplina do aluno precisa ser restaurada através de um regulamento forte, com força de Lei, que devolva aos diretores, professores e funcionários os meios para impor a autoridade dos seus cargos”. O militar vê a escola como um ponto de explosão de uma cadeia perversa. “Famílias que não conseguem estabelecer limites para suas crianças. Professores e métodos que não se impõem e nem são atrativos aos alunos”. O resultado é óbvio: milhares de jovens que, apesar de escolarizados, não têm condições

de enfrentar a competição do mercado de trabalho. “Os governos (federal, estadual e municipal), e a sociedade devem buscar o ponto de equilíbrio há muito perdido”.

Crianças e Jovens não podem continuar assim desassistidos pois, dessa forma, serão os excluídos amanhã, restando-lhes apenas, como meio de sobrevivência, a informalidade ou o crime”.

Ouvem-se professores se queixarem que não podem trabalhar muitos assuntos que despertam o interesse de seus alunos porque têm conteúdos para vencer. Suas aulas estão plenamente comprometidas com assuntos previamente definidos e enrijecidos, que temos a todo custo que “vencer”. Como se os conteúdos fossem inimigos a derrotar.

Na escola de hoje é complicado trabalhar de forma eficaz com toda a variação de perfis dos alunos que compõem as turmas. O que se faz com aqueles que não estão acompanhando o ritmo dos demais? Recuperação, reforço, reprovação. Sabe-se que não são respostas suficientes. E com aqueles que querem saber mais, que podem avançar mais depressa? No máximo pode-se indicar algumas leituras (me procure depois da aula), isto quando não saímos com o clássico “esta questão não faz parte de nossa aula”, “você está fugindo do assunto”. Ou, pior ainda, “não se preocupe, isso não vai cair na prova”.

Uma das possibilidades mais interessantes do uso de mídias interativas na educação é permitir aos alunos o acesso aos conteúdos no seu próprio ritmo e conforme seus interesses e entendimento. Os que querem saber mais podem “mergulhar” na informação, seguir links, navegar e explorar o mundo de dados e informações encontráveis no ciberespaço. Os que têm dificuldades podem refazer

suas leituras e exercícios, acessar novas informações e obter outros estímulos que os auxiliem a superar as barreiras que encontraram.

Extraído da coluna de Antonio Simião Neto, do Instituto Interfaces, acessado em 08/07/2007, às 02h35.

Esse trecho da coluna, dá uma idéia da realidade hoje no interior das escolas, relativamente aos currículos gessados, sem flexibilidade, impondo o tradicional feixe de matérias não identificadas com a vida das crianças ali presentes.

Isso contribui para o desinteresse, repetência, evasão, não sem antes passar pela indisciplina, o que atrasa a vida do indisciplinado e dos colegas a sua volta, do professor e da escola como um todo.

O Paraná precisa acordar para a educação fundamental, porque dela derivam valores que irão melhorar os outros graus da educação.

Concluindo, a proposta para a Escola Cidadã, difundida pela Cidadania em Rede, deseja levar para a escola de hoje, os ensinamentos sobre ética, cidadania e direitos humanos, cujos efeitos serão a paz e disciplina na sala de aula e o melhor aproveitamento das matérias do currículo existente, transmitidos pelos professores, treinados para isso.

Ensinar cidadania é ensinar a paz e melhor aproveitamento escolar.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUIRRE, D. I. T. **Jornalismo Científico e Nova Educação: para a construção de nossa sociedade pós-industrial (humanista, científica e tecnológica)**, Tese de doutorado. ECA-USP. (Orientador: Wilson da Costa Bueno). 1994.

ALMEIDA, F. J. de; FONSECA JR., F. M. **ProInfo: Projetos e Ambientes inovadores.**, Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed. (Série de Estudos – Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v. 14)

ALMEIDA, M. E. **ProInfo: Informática e formação de professores**, Sec. Educ. a Distância. Brasília: MEC, Seed. 2 vol. (Série de Estudos – Educação a Distância), 2000.

ALBUQUERQUE, M. M. de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

A PIONEIRA do método Montessori no Brasil. **Revista Presença**. Rio de Janeiro: ABEM, ano1, n. 1, jul./ago./set., 1976.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BARALDI, M. **Moro num país tropicais**, São Paulo: Publisher Brasil. 100p, 2002.

BOVO, M. C. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensão da ação pedagógica. **Revista Urutagua**, (7):1-1, ago./dez.2004.

BUCHT, C.; FEILITZEN, C. V. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**, Brasília: UNESCO, Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Governo Federal, 2001.

BUSQUETS, M. D. et.al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral**. São Paulo, Ática, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos**. Brasília, Distrito Federal, 1998.

COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA. **O COEP e a escola: caminhando juntos na construção da cidadania.** Rio de Janeiro, 2002. 140p.

CUNHA, C. da. A pedagogia no Brasil. In: LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia.** São Paulo: Mestre Jou, 1974. Apêndice, p. 880-915.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo, Cortez, 1999.

DOWBOR, L. Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais. **Revista de Administração Publica**, Rio de Janeiro : FGV, v.39, n.2, p.187-206, mar./abr.2005.

FEIJÓ, L. A. M. **Ambientes distribuídos de aprendizagem: a integração da capacidade interativa dos sistemas hipermídia com uma educação centrada no aluno**, (Dissertação de mestrado) , 1997.

GAIA, R. V. **Educomunicação & mídias**, Maceió: EDUFAL. 148p, 2001.

GERIBELLO, W. P. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra.** São Paulo: Atlas, 1977.

GOMES, F. T. **Escolas da comunidade.** 6 ed. Brasília: CNEC, 1989.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, L. de O. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

PEETERS, Madre F.; COOMAN, Madre M. A. de. Esboço da história da educação no Brasil. In: **Pequena história da educação.** 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 142 - 151.

PILLETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau.** 22. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PARANÁ. Governo Roberto Requião – 2003-2006. **Plano de Governo: 2003-2006**. Curitiba, 2003. 102p.

SILVA, F. de A. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

BUCHT, C.; FEILITZEN, C. V.. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**, Brasília: UNESCO, Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Governo Federal, 2001.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos**. Brasília, Distrito Federal, 1998.

SOUZA, S. J.; KRAMER, S. **Educação ou tutela? a criança 0 a 6 anos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Disponível em: www.aic.org.br. Acesso em: 10 fev. 2007, 22h00

Disponível em: www.cecip.com.br Acesso em: 19 fev. 2007, 18h00

Disponível em: www.coepbrasil.org.br Acesso em: 28 fev. 2007, 18h00

Disponível em: www.educarede.org.br Acesso em: 29 mar. 2007, 20h00

Disponível em: www.ensino.net Acesso em: 28 abr. 2007, 16h00

Disponível em: www.ibict.br Acesso em: 03 mai. 2007, 15h00

Disponível em: www.inep.gov.br Acesso em: 08 mai. 2007, 21h00

Disponível em: www.portoalegre.rs.gov.br Acesso em: 15 jun. 2007, 14h00

Disponível em: www.proex.reitoria.unesp.br Acesso em: 08 25 jun. 2007, 18h00

Disponível em: www.uem.br Acesso em: 22 jun. 2007, 18h00

Disponível em: www.usp.br Acesso em: 08 jul. 2007, 21h00

6 ANEXOS

6.1 ANEXO 1 – QUETIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO DO ALUNO

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

O presente questionário tem objetivo levantar dados, através da pesquisa de campo para subsidiar o trabalho de conclusão, do **Curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas, entre a parceria com a UFPR – Departamento de Ciências Contábeis e a SEAP / Escola de governo do Estado do Paraná**. Portanto, solicitamos especial atenção e colaboração para que respondam este questionário, que será de extrema valia para encaminhar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, como uma das fontes principais para consolidar os resultados.

Esta pesquisa é realizada por aluno do **Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná/Escola de Governo do Estado do Paraná**, com fins acadêmicos e técnicos, para definição de indicativos de avaliação para o Ensino Fundamental, bem como, a inserção do Projeto Cidadania em Rede, de quinta a oitava/nona séries.

Destaca-se, que o nome e a participação do pesquisado não será identificado para que fique totalmente livre, de modo para responder com colocações de forma real, considerando o ambiente que trabalha.

PERFIL DO ENTREVISTADO

RU – Resposta Única
RM – Respostas Múltiplas

P.1) NO CAMPO RELACIONAMENTO, COMO SE COMPORTAM SEUS PROFESSORES? (RU)

1. () Os professores tem um bom relacionamento com os alunos
2. () Os professores são justos com os alunos
3. () Os professores são cumpridores da palavra empenhada com os alunos
4. () Os professores ouvem e respeitam a opinião dos alunos
5. () Outra(s): Citar.....

P.2) NA SUA OPINIÃO, AQUI NA ESCOLA ONDE VOCÊ ESTUDA, O PESSOAL DA SECRETARIA, DA CANTINA E DA LIMPEZA, PRATICA UM RELACIONAMENTO: (RU)

1. () excelente 2. () ótimo 3. () bom 4. () regular 5. () péssimo

P.3) QUANDO A ESCOLA CONVIDA A FAMÍLIA(PAI,MÃE,AVÓS) PARA REUNIÃO, QUE ATITUDE ELES ADOTAM? (RU)

1. () Comparecem sem reclamar
2. () Reclamam mas comparecem
3. () Dizem que não tem tempo para isso
4. () Simplesmente não comparecem à reunião
5. () Outra(s): Citar.....

P.4) A FRASE ÉTICA E CIDADANIA REPRESENTA ALGUMA COISA PRA VOCÊ, COMO? (RU)

1. () Bom comportamento e honestidade
2. () Fazer tudo que eu quizer e como quizer
3. () Desobediencia aos pais e às Leis
4. () Bagunçar na escola e na rua
5. () Outra(s): Citar.....

P.5) DAS QUATRO PUBLICAÇÕES ENUMERADAS ABAIXO, DIGA QUAL VOCÊ JÁ CONHECE(TEVE ALGUM CONTATO). (RM)

1. () Código de Defesa do Consumidor-Procon
2. () Estatuto do Idoso-CEDI
3. () Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA
4. () Declaração Universal dos Direitos Humanos

P.6) SINCERAMENTE, COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO(A) DIRETOR(A) DA SUA ESCOLA HOJE? (RU)

1. () Muito boa 2. () Boa 3. () Regular 4. () Ruim 5. () Péssima

P.7) QUE NOTA VOCÊ DARIA A VOCÊ MESMO(A), DE ZERO A DEZ, NOS QUESITOS ABAIXO? (RM)

1. Presto muita atenção nas palavras do(a) Professor(a) _____
2. Só deixo de ir à escola por motivo muito forte _____
3. Na hora do recreio prefiro estudar mais um pouco _____
4. Sempre que posso prefiro escapar e vou brincar/jogar bola _____

P.8) GOSTARIA QUE A MINHA ESCOLA FOSSE DIFERENTE DO QUE É HOJE, POR EXEMPLO: (RM)

1. () Que ensinasse mais sobre meus direitos e deveres nos locais que frequento
2. () Que falasse mais sobre políticas públicas: profissões, ordem pública, políticas sociais, diferenças e igualdade entre as pessoas, cidadania, democracia
3. () Que tivesse equipamentos da modernidade, TV, Videocassete, DVD, Computador, Jornais e Revistas
4. () Que o ensino fosse em horário integral, o dia inteiro, com reforço escolar para quem tivesse dificuldade em algumas matérias

6.2 ANEXO 2 – QUETIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO DO PROFESSOR

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

O presente questionário tem objetivo levantar dados, através da pesquisa de campo para subsidiar o trabalho de conclusão, do **Curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas, entre a parceria com a UFPR – Departamento de Ciências Contábeis e a SEAP / Escola de governo do Estado do Paraná**. Portanto, solicitamos especial atenção e colaboração para que respondam este questionário, que será de extrema valia para encaminhar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, como uma das fontes principais para consolidar os resultados.

Esta pesquisa é realizada por aluno do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná/Escola de Governo do Estado do Paraná, com fins acadêmicos e técnicos, para definição de indicativos de avaliação para o Ensino Fundamental, bem como, a inserção do Projeto Cidadania em Rede, de quinta a oitava/nona séries.

Destaca-se, que o nome e a participação do pesquisado não será identificado para que fique totalmente livre, de modo para responder com colocações de forma real, considerando o ambiente que trabalha.

PERFIL DO ENTREVISTADO

RU – Resposta Única
RM – Respostas Múltiplas

P.1) IDADE ENTRE (RU):

- | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| 1. () 20 a 25 anos | 2. () 25 a 30 anos | 3. () 35 a 40 anos |
| 4. () 40 a 45 anos | 5. () 45 a 50 anos | 6. () 55 a 60 anos |

P.2) TEMPO DE ATIVIDADE NA ÁREA (RM):

Na Educação:anos.
Ensino Fundamental :..... anos.
Ensino Médio: anos.

P.3) Marcar os itens abaixo, de acordo com o seu perfil: (RM)

Cursos de Graduação () Nome do Curso:.....
Aperfeiçoamento () mais de 180 h/a
Pós-Graduação () igual ou superior a 360 h/a
Especialização () igual ou superior a 360 h/a
Mestrado () área do Curso:.....
Doutorado () área do Curso:.....

P.4) Na sua opinião, que características definem um bom professor? (RU)

- | | |
|--|--|
| 1. () Domina o conteúdo da matéria | 2. () Tem bom conhecimento dos alunos |
| 3. () Sabe o que está falando em sala | 4. () Nunca falta às aulas na escola |
| 5. () Outra(s): Citar..... | |

P.5) Quanto à comunicação, como se comportam os professores a sua escola? (RU)

- | |
|---|
| 1. () Os professores expõem com clareza e didática |
| 2. () Os professores escrevem e falam com clareza |
| 3. () Os professores são bem humorados |
| 4. () Os professores nunca sorriem |
| 5. () Outra(s): Citar..... |